CACAU

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

PERIÓDICOS

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

VOLUME 9 N.º 8 AGOSTO DE 1985

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (**preços no nível do produtor**), Bruno Marcus Rangel Pessanha (**supervisão de pesquisa e pecuária**), Fernando Roberto de Freitas Almeida (**editoração, arroz, feijão e uva**), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (**cana-de-açúcar e álcool**), Iracema Bouzas Pessoa (**algodão e laranja**), Irene Raguenet Troccoli (**milho, aves e suínos**), Leila Tendrih de Freitas Almeida (**oleaginosas e trigo**), Maria José Cyhlar Monteiro (**política agrícola e cacau**), Martha Macedo de Lima Barata (**cevada, centeio e sorgo**) e Régis Norberto da Cunha Alimandro (**café**).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (**preços no nível do produtor**).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (**bibliotecária**) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Neli Martins Mascarenhas

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicitamos aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

PERIÓDICOS
BIBLIOTECA KARL A. BOITEUX
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Na época de decidir quanto aos reajustes dos instrumentos de política agrícola – crédito e preços – todos os anos, há grandes expectativas. Em 1985, as peculiaridades da transição política e os reflexos das regras estabelecidas para a safra passada ampliaram a natural ansiedade dos agricultores. As **novas** *prioridades governamentais procuraram conciliar objetivos divergentes, como o apoio à produção de alimentos, as necessidades dos consumidores finais e as carências do Tesouro Federal. Para atendê-los, porém, foram mantidos os* **mesmos** *mecanismos anteriormente utilizados. A fixação dos* **Valores Básicos de Custeio** *buscou beneficiar diversas faixas de produtores. Os pequenos, no caso de plantarem arroz de sequeiro, feijão, mandioca, milho e sorgo, voltarão a fazer jus a adiantamento integral do VBC. Os grandes, os reais tomadores de crédito, também foram beneficiados. No ano passado, os que cultivaram outros produtos, que não os anteriormente citados, tiveram direito a apenas 40% de cobertura oficial do* **custeio.** *Na safra 1985/86, somente os agricultores que optaram pelo algodão permanecerão com este percentual, em razão dos elevados estoques detidos pelo governo federal. Os que plantarem amendoim terão 50%; juta e malva, 70%; arroz, milho e sorgo, 80%; e feijão e mandioca, 90%.*

No caso dos **preços básicos,** *o reajuste concedido, inferior à variação anual do IGP-DI, para a maior parte dos produtos, é conseqüência direta da escassez de recursos e do impacto das grandes compras governamentais, na safra 1984/85.*

Ao optar pela erosão do elevado patamar atingido pelos preços mínimos da última safra, contudo, reduziu o Governo o papel da **Política de Garantia de Preços Mínimos,** *no que se refere à sustentação do mercado de alguns gêneros essenciais, cuja produção se deve a uma miríade de pequenos produtores, para quem o preço é o principal, ou único, referencial.*

O temor de uma indesejada repetição das substanciais aquisições de produtos agrícolas, no próximo ano, é compreensível. No entanto, a formação de estoques oficiais é fundamental para a regulação do mercado, assegurando a tranqüilidade do abastecimento. A atual situação do mercado da carne bovina é exemplar.

Os **Valores Básicos de Custeio** *e os* **preços básicos,** *compõem, juntamente com a política de comercialização de estoques governamentais e a situação do mercado internacional de alguns produtos, os principais parâmetros analisados pelos agricultores. Até o momento, apenas algumas intenções de plantio estão mais ou menos definidas. Caberá às repercussões da forma de intervenção do governo federal na comercialização, na entressafra, o direcionamento definitivo da safra 1985/86.*

SUMÁRIO

CACAU 2

PRODUTOS VEGETAIS
- Algodão 14

ENSAIO ESPECIAL
- Babaçu 17

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 24

PANORAMA AGROPECUÁRIO
PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

CACAU

Cinco países (Brasil, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões) respondem por 77% da produção mundial de cacau. A participação das lavouras africanas vem diminuindo, há dez anos, enquanto aumenta a da Malaísia. Em setembro, termina o prazo de vigência do Acordo Internacional do Cacau, havendo a expectativa de que seu texto seja renovado por mais um ano.

Produção brasileira

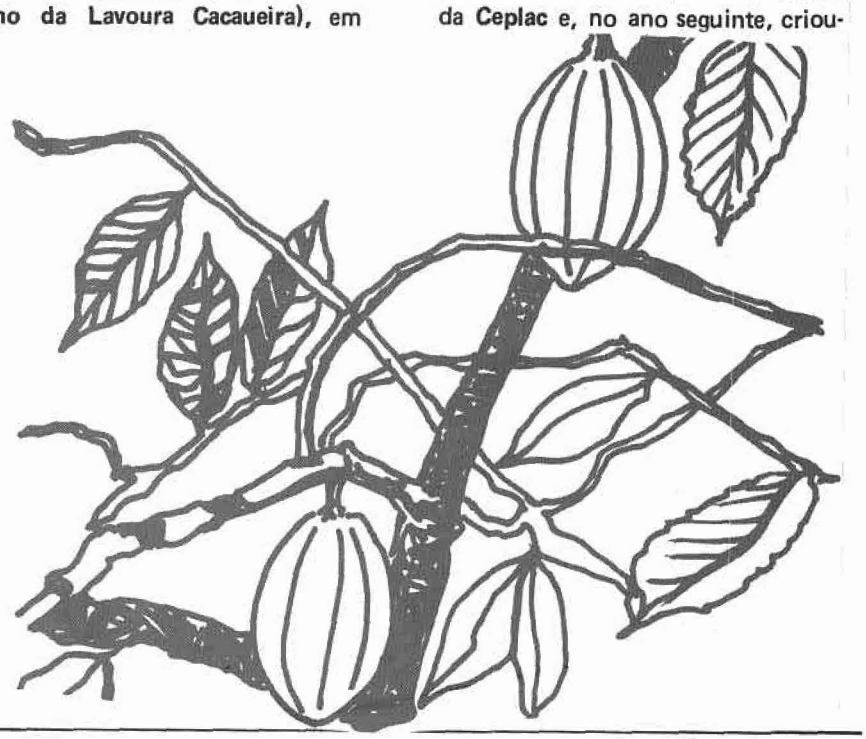
Originário da América Central, o cacaueiro foi levado para o Norte da América do Sul, fixando-se na bacia Amazônica, onde já foi encontrado pelos colonizadores portugueses. Somente em 1746, sementes de cacau foram conduzidas do Pará para a Bahia, sendo inicialmente plantadas na região de Canavieiras e, posteriormente, na capitania de Ilhéus. É interessante acrescentar que, somente em fins do século passado, começou o cacau a ser cultivado na África, onde encontrou excelentes condições para seu desenvolvimento e de tal modo que, já no início do século XX, desbancou a produção do continente americano. Ainda assim, a cacauicultura tornou-se a principal atividade agrícola baiana, determinando uma série de transformações na região, na qual se assentou, com a construção da estrada de ferro Ilhéus-Itabuna, embarques diretos de Ilhéus para os mercados externos e a instalação da primeira indústria transformadora. A depressão mundial de 1929 teve profundas repercussões sobre a economia regional e levou, em 1931, à criação do **Instituto de Cacau da Bahia.**

No início do período aqui considerado (1950-85), a produção de cacau atravessava novamente uma crise profunda.

Os anos da guerra desestruturaram o mercado mundial do produto, devido a dificuldades de transporte, fechamento de fábricas na Europa e racionamento do consumo. As bolsas de cacau de **Nova Iorque** e **Londres** se mantiveram fechadas por alguns anos. Estes fatos contribuíram para o desestímulo à atividade, agravado, no caso brasileiro, pela má orientação da política oficial.

Na década de 50, a produção extremamente irregular, com secas em 1951 e 1952 e chuvas excessivas em 1957 e 1958, além de alta incidência da **podridão parda**, foram alguns dos fatores que contribuíram para isso. Em 1956, a queda das cotações internacionais aprofundou a crise e levou à criação da **Ceplac (Comissão Executiva do Plano Econômico — Rural da Lavoura Cacaueira**, hoje denominada **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira)**, em 20/02/57. A **Ceplac** deveria prover assistência financeira aos cacauicultores cujos débitos excediam sua capacidade de pagamento e, num prazo mais longo, reorganizar a atividade, modernizando-a.

Inicialmente, a atividade da **Ceplac** se destinou mais a prestar assistência financeira aos produtores em dificuldades, dada a precariedade dos conhecimentos técnicos existentes sobre a região. Em 1962, a **Ceplac** passou a ser dotada de recursos provenientes da retenção de 15% da receita gerada pelas exportações de cacau em amêndoas e de 5% sobre a dos derivados **(Decreto nº 539**, de 23/01/62, e **Instruções nºs 217**, 236 e 241, da **Sumoc)**. Em 1963, foi criado o **Centro de Pesquisas do Cacau**, da **Ceplac** e, no ano seguinte, criou-



BIBLIOTECA KARL A. BOESHZ
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

-se o **Departamento de Crédito e Extensão,** para ampliar as atividades de assistência técnica, que já vinham sendo prestadas pela **Comissão.**

Até 1977, a **Ceplac** tinha efetuado combate às pragas dos cacauais em cerca de 323 mil ha/ano, controlado a **podridão parda** em 76 mil ha, realizado adubação e calagem em 17 mil ha e distribuído 250 milhões de sementes para novos plantios, além de diversas outras atividades, tanto de pesquisa agronômica quanto de treinamento de mão-de-obra, apoio creditício (a partir de 1970 em articulação com a rede bancária) e outras.

Em 1976, a **Ceplac** lançou o **Procacau (Programa Nacional de Expansão da Cacauicultura),** com vistas à implantação de 300 mil ha de cacau e renovação de 150 mil ha nos estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e outros, o que, segundo as projeções do **Programa,** elevaria a produção do país para 700 mil t, em 1993/94, e transformaria o Brasil no primeiro produtor mundial de cacau em amêndoas.

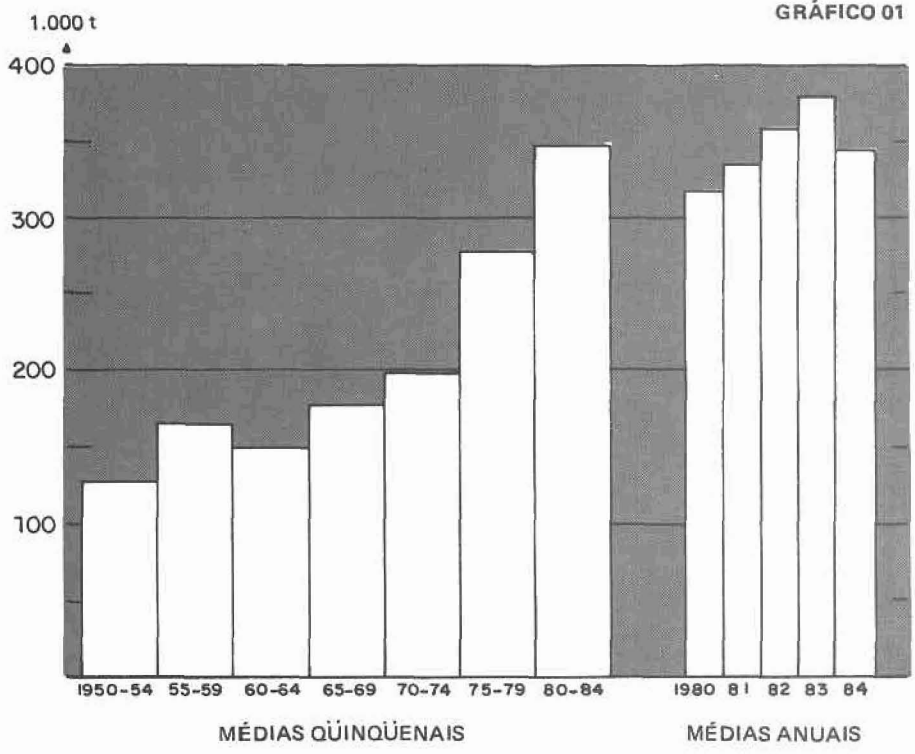
As metas globais do **Procacau,** cuja implantação deveria estar concluída em 1985, sofreram ao longo dos anos modificações decorrentes da conjuntura enfrentada (preços do cacau, condições climáticas adversas, redução dos recursos financeiros disponíveis para o Programa).

A produção de cacau (ver Gráfico 01) se concentra no estado da Bahia, que, segundo o censo de 1980, produziu 93% do total do país. O Quadro 01 mostra como a produção de cacau e o número de pés existentes se distribuíram no ano censitário. É interessante observar que, nos estados da região Norte, nota-se dinamismo na atividade, com os pés novos correspondendo a mais da metade dos pés existentes, enquanto, no Espírito Santo, apenas 25% dos pés são novos.

Estudo feito pela **Ceplac,** em 1979, mostra que na área cacaueira da Bahia, onde se concentram 70% da produção estadual, existiam naquele ano 14.176 propriedades dedicadas à atividade, das quais 13.129 em produção. Destas últimas, 55% produziam menos de 600 @/propriedade. Segundo classificação da **Ceplac,** as propriedades com produção de até 400 @ podem ser consideradas **buraras** (pequenas roças); aquelas de 401 a 1.500 @' pequenas propriedades, de 1.501 a 6.000 @ médias e,

BRASIL – PRODUÇÃO DE CACAU – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

GRÁFICO 01



FONTE – Cacex.

QUADRO 01 – BRASIL – PRODUÇÃO E NÚMERO DE PÉS DE CACAU – 1980

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO (t)	Nº DE PÉS EXISTENTES (mil)	
		Total	Em idade produtiva
Rondônia	2.974	31.732	12.953
Amazonas	1.048	5.504	1.156
Pará	8.241	37.331	18.127
Bahia	328.608	619.098	434.856
Espírito Santo	11.985	16.669	12.542
Outros	142	9.302	412
BRASIL	352.998	719.636	480.046

FONTE – IBGE – Censo Agropecuário, 1980.

QUADRO 02 – BAHIA – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PROPRIEDADES, ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO CACAU, SEGUNDO ESTRATOS DE PRODUÇÃO 1979

ESTRATOS DE PRODUÇÃO (@)	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA OCUPADA (ha)	PRODUÇÃO (@)	RENDIMENTO (@/ha)
Até 400	5.703	33.432	1.077.509	32
De 401 a 1.500	4.616	95.230	3.987.101	42
De 1.501 a 6.000	2.424	149.343	7.108.896	48
De 6.001 a mais	386	79.980	3.959.140	50
TOTAL	13.129	357.985	16.132.646	45

FONTE – VERGARA, Júlio R. A. et allii. Aspectos da Distribuição da Produção e Área de Cacau da Bahia – Ceplac, Boletim Técnico nº 75 – Bahia, 1980.

com mais de 6.000 @, grandes propriedades. O Quadro 02 apresenta dados de área ocupada com pés em idade produtiva, produção e produtividade das propriedades, segundo aquela classificação. Os dados publicados pela **Comissão** não permitem conhecer, com o mesmo desdobramento, a área total das propriedades, mas para a região como um todo, as 14.176 propriedades tinham um total de 436.682 ha com cacau, dos quais 18% em desenvolvimento.

Os dados do Quadro 02 permitem, também, observar que o rendimento agrícola médio do cacau baiano é bastante elevado (45 @, ou 675 kg/ha), em termos nacionais e internacionais.

Quanto à comercialização, os dados do Censo de 1980 indicam que, na Bahia, 32% do total são entregues às cooperativas, 7% às indústrias e 58% a intermediários. No Espírito Santo, 89% são entregues a intermediários e 10% às indústrias. Nos estados do Norte igualmente predomina a comercialização através de intermediários e, no Pará e Rondônia há, também, participação ativa das cooperativas, sendo pouco vendido através das indústrias. De qualquer forma, a produção brasileira de cacau se destina, principalmente, ao mercado externo, seja sob a forma de amêndoa, seja após algum tipo de transformação.

Exportações brasileiras

Nos últimos 35 anos, o cacau participou com cerca de 4% do valor total das exportações brasileiras. A participação tem sido, contudo, bastante oscilante, passando de um máximo de 10%, em 1954, a um mínimo de 2%, em 1982, devido, sobretudo, à diversificação da pauta de exportações, pois, como mostra o Gráfico 02, a receita gerada pelo cacau em amêndoas e seus derivados apresentou crescimento expressivo nos anos de 1975 a 1979.

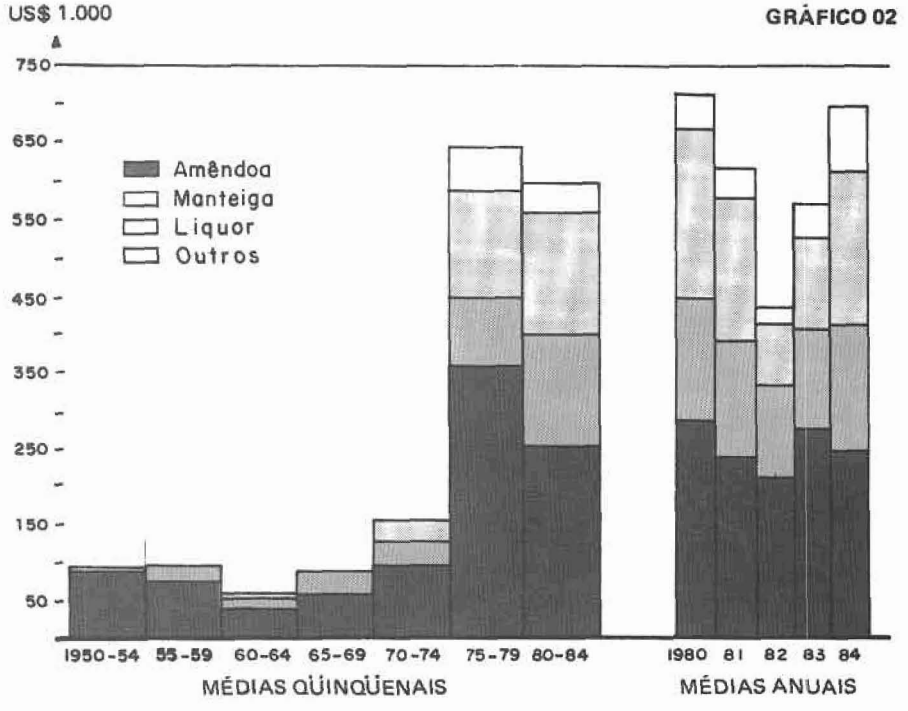
A partir de 1965, as quantidades de cacau exportadas (ver Gráfico 03) foram, em termos médios, crescentes. Ainda mais quando, no início dos anos 80, suas cotações declinaram, em relação aos elevadíssimos níveis registrados no qüinqüênio precedente. O crescimento da quantidade exportada impediu maior declínio da receita auferida.

Podem-se ainda observar outros aspectos do dinamismo das vendas externas brasileiras.

Até 1970, as exportações se compunham, basicamente, de cacau em amêndoa e de manteiga de cacau. Contudo, a partir de 1970, observa-se a crescente participação do **liquor**, que, no período 1980-84, participou

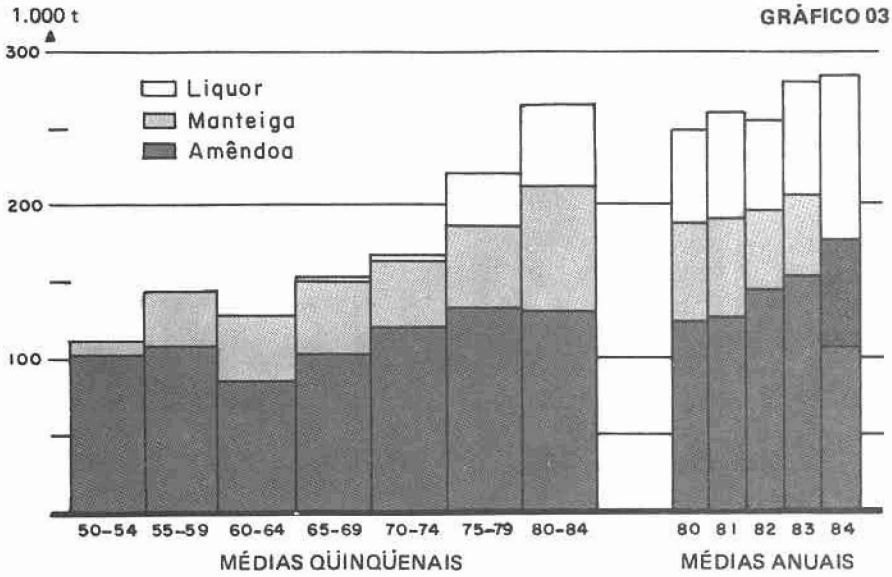
BRASIL – VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU EM AMÊNDOA E DERIVADOS – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

GRÁFICO 02



FONTE – Cacex.

BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CACAU – QUANTIDADE EM EQUIVALENTE AMÊNDOA – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984



FONTE – Suplan e IBGE.

com 25% da quantidade total(1) exportada e 27% da receita cambial auferida.

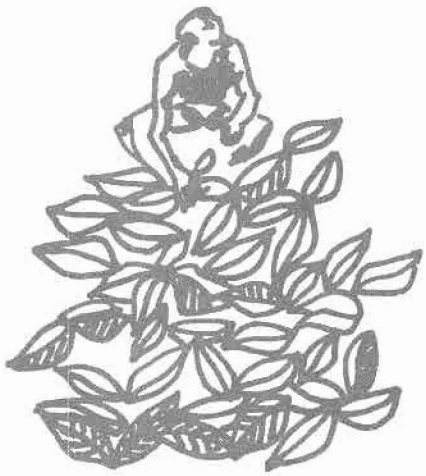
Este desempenho parece, também, contradizer estudos divulgados, que afirmam ser mais vantajosa a exportação de cacau em amêndoa do que a de seus derivados. Isso poderia ser válido se as exportações de derivados se concentrassem na manteiga de cacau, mas não se aplicaria ao caso do **liquor**. Trata-se, contudo, de questão delicada, pois no mercado mundial, as variações da oferta brasileira podem ter repercussões fortes sobre os preços relativos. O Quadro 03 apresenta a participação brasileira nas exportações mundiais de amêndoa, manteiga e **liquor** nos anos mais recentes.

A expansão das vendas externas de derivados de cacau pode, em grande parte, ser atribuída à instalação, a partir do início dos anos 70, de modernas fábricas, associadas a tradicionais multinacionais do ramo. As exportações de manufaturados têm incentivos, como a isenção do pagamento do **ICM** e crédito-prêmio do **IPI** (este último em vias de total extinção). Estes fatos provocaram, sobretudo na segunda metade da década de 70, acirradas controvérsias com as associações de exportadores de amêndoas, que se julgaram prejudicadas. Por outro lado, como acontece no caso de exportações de outros produtos de origem agrícola, as vendas de derivados de cacau estão sujeitas a restrições por parte dos países importadores que, através de taxação, procuram proteger sua própria indústria. Do total de amêndoas exportadas nos últimos cinco anos, 21% se destinaram aos **Estados Unidos da América**, 20% à **União soviética**, 13% à **Espanha**, 9% à **Holanda** e 8% à **Alemanha** (República Federal). As exportações de manteiga de cacau, no mesmo período, concentraram-se na **Holanda** (23%) e nos **Estados Unidos da América** (46%). As vendas externas de **liquor** se distribuíram entre **Estados Unidos da América** (30%), **Polônia** (24%) e **União Soviética** (22%).

Embora se trate de produtos com menor expressão no conjunto das exportações brasileiras, é interessante registrar que, no mesmo período, 64% das exportações de cacau em pó e torta de cacau se destinaram aos **Estados Unidos da América** e que o **Japão** foi responsável pela aquisição de 77% do chocolate exportado.

Preços

Os preços do cacau em amêndoa são fortemente influenciados, em prazos mais longos, pela situação dos estoques mundiais. No curto prazo, as influências mais importantes partem da evolução da demanda e da oferta, não só do produto genericamente, como, também, das diversas origens, e das relações que o mercado estabelece entre a disponibilidade da amêndoa e dos vários subprodutos.



(1) Evidentemente, uma comparação entre quantidades de cacau, no caso dos derivados, deve levar em consideração o conteúdo em amêndoas dos derivados. Para fins de agregação, tomou-se, portanto, a quantidade de manteiga de cacau e **liquor** *em termos de equivalente amêndoa, usando-se os coeficientes 0,376 e 0,800, respectivamente. Se, no caso da receita cambial, também se tomar a receita gerada por amêndoas, manteiga de cacau e* **liquor**, *a participação deste último na receita auferida é ainda mais expressiva, 35% desse total.*

QUADRO 03 – PAÍSES SELECIONADOS – PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CACAU EM AMÊNDOA, MANTEIGA DE CACAU E LIQUOR

ANO COMERCIAL	CACAU EM AMÊNDOA					MANTEIGA DE CACAU				LIQUOR			
	PARTICIPAÇÃO (%)					PARTICIPAÇÃO (%)				PARTICIPAÇÃO (%)			
	Total Mundial (mil t)	Costa do Marfim	Brasil	Gana	Nigéria	Total Mundial (mil t)	Brasil	Holanda	Rep. Fed. Alemanha	Total Mundial (mil t)	Brasil	Equador	Costa do Marfim
1979/80	972	24	14	20	14	177	13	31	11	149	45	32	9
1980/81	1.096	37	12	17	7	181	15	28	12	142	48	23	13
1981/82	1.140	38	11	16	10	196	13	29	12	100	47	10	15
1982/83	1.137	26	13	14	18	211	13	31	12	105	46	1	19
1983/84	1.053	32	12	12	10	231	16	31	13	125	50	2	17

FONTE – ICCO – Estatísticas del Cacao.

O fato de que, num dado momento, o preço da manteiga de cacau pode estar muito mais caro (ou mais barato) do que seu equivalente em amêndoas pode levar os compradores a preferir (ou não) comprar amêndoas, mesmo que isso implique em pagar por outro subproduto (a torta ou pó de cacau) não desejado. Estas situações, por sua vez, podem levar a que se formem no mercado estoques de um dos subprodutos capazes de afetar seu preço e, portanto, a relação amêndoas/subproduto (a **ratio**), o que determinará alterações na composição dos produtos à base de cacau, interferindo, ainda, no próprio preço da amêndoa.

Além destas relações, que se estabelecem entre os preços da amêndoa e de seus subprodutos, há que se considerar a possibilidade de se alterar a composição dos produtos à base de cacau, lançando mão de ingredientes complementares, como açúcar, leite, frutas cristalizadas e recheios diversos, e que terminam por interferir nas proporções dos derivados de cacau (**liquor**, manteiga e pó), usados na produção do chocolate e influenciando tanto seus próprios preços quanto os da amêndoa.

Estes fatores se prendem basicamente ao mercado do produto ou, no jargão dos analistas, aos **fundamentos** do mercado. Há, contudo, que se considerar que o cacau em amêndoa é também objeto de contratos futuros nas principais bolsas de mercadorias mundiais, o que implica que se sujeita a influências de outro tipo, que muitas vezes pouco têm a ver com o que ocorre no mercado físico do cacau. A complexidade do mercado de **commodities** se acentuou bastante na década de 70, quando crises no sistema internacional de câmbio e o súbito aumento dos preços do petróleo afastaram os investidores de aplicações financeiras tradicionais e os levaram a utilizar o mercado de **commodities** como uma alternativa mais segura. Com isto, as cotações do cacau, como das demais **commodities**, passaram a sofrer a influência de ocorrências que anteriormente se restringiam aos mercados financeiros, o que contribuiu para aumentar as oscilações dos preços do cacau, no último qüinqüênio.

Os preços do cacau em amêndoa no nível do agricultor brasileiro refletem bastante aproximadamente os movimentos dos preços internacionais, uma vez que não há sobre eles interferência direta do governo. Entretanto, certas medidas, como eventuais impostos de exportação ou a política cambial, podem provocar um maior ou menor afastamento entre os preços recebidos pelos produtores e os preços do mercado internacional.

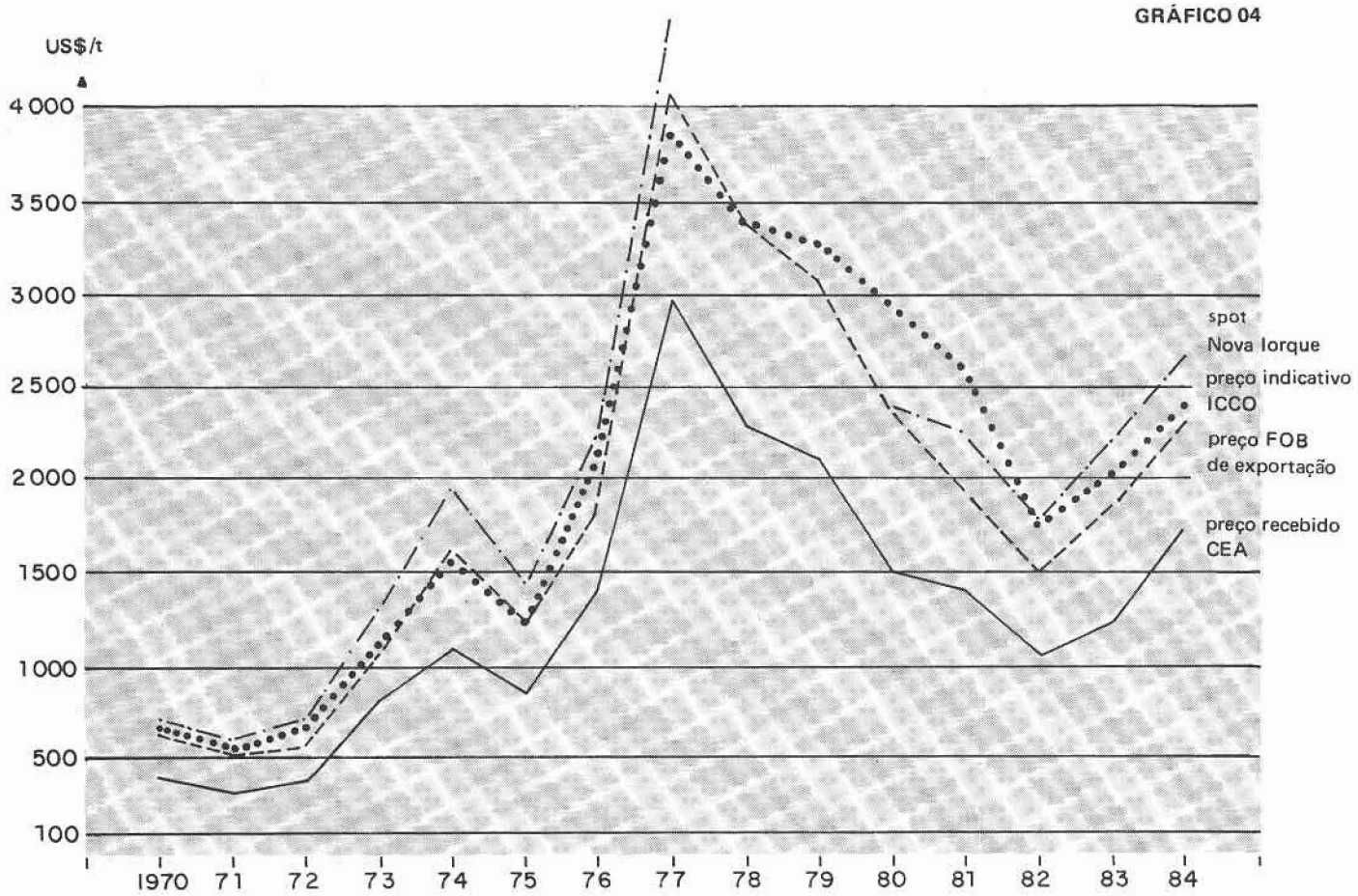
O Gráfico 04 mostra o comportamento dos preços do cacau em amêndoa no período mais recente, tanto no mercado interno (preços recebidos pelos agricultores), quanto no externo (preços médios das exportações brasileiras, preço do cacau da Bahia no mercado **spot** de Nova Iorque e preço indicativo da **ICCO**.

No período 1970-84, a comparação entre os preços médios recebidos pelos produtores de cacau da Bahia e os preços médios das exportações brasileiras de amêndoa indicam que os cacauicultores receberam 70% da cotação do produto exportado. Entretanto, a relação **preço recebido/preço médio** das exportações apresentou flutuações intensas, variando de 56%, em 1971, a 81%, em 1976, podendo-se dizer que, nos anos mais recentes, essa relação foi, na média, mais favorável ao cacauicultor do que no início da década de 70.

Por outro lado, a comparação entre o preço médio das exportações brasileiras e a cotação do cacau da Bahia, no mercado **spot** de Nova Iorque, indica que se vem estreitando o diferencial entre aquelas cotações. Assim, enquanto no período 1970-74 a cotação média **spot** Bahia, em Nova Iorque, superava em 20% o preço médio das exportações brasileiras, em 1980-84 era 13% inferior à média do

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO CACAU EM AMÊNDOA – 1970–84

GRÁFICO 04



FONTE – Cacex, FGV/IBRE/CEA, ICCO e Gill & Duffus.
NOTA – Em 1978 e 1979, houve paralisação do mercado spot em Nova Iorque.

mercado **spot.**

Outro indicador da situação favorável ao produto brasileiro no mercado internacional é a diferença entre os preços do cacau da Bahia e do cacau africano, representado pela cotação do produto tipo **Gana,** no mercado **spot** de Nova Iorque. Em 1970-74, a cotação média de ambos os tipos foi de US$ 1.049/t para o **Bahia** e US$ 1.124 para o **Gana;** na média 1980-84, registrou-se US$ 2.248/t e US$ 2.212/t, respectivamente.

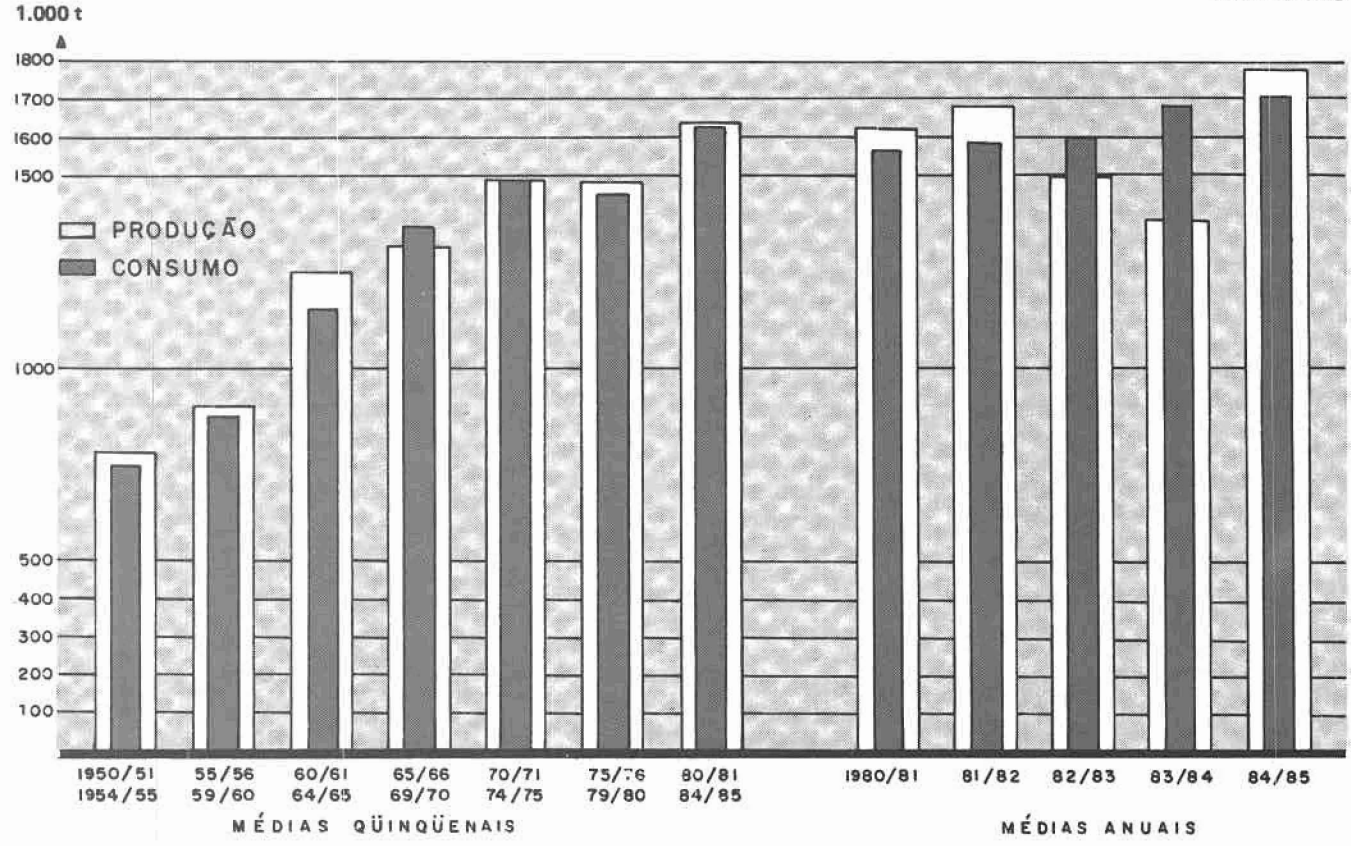
Em setembro de 1985, termina a vigência de mais um **Acordo Internacional do Cacau** e, desde o ano passado, desenvolveram-se entendimentos entre países produtores e consumidores para negociar outro **Acordo.** Este é, pois, o momento oportuno para se fazer uma revisão de alguns dos aspectos da economia cacaueira mundial, nas últimas décadas.

Mercado mundial

Os dados até agora disponíveis indicam que a produção mundial se recuperou das adversidades registradas nos anos-safras (internacionais) de 1982/83 e 1983/84, de forma que a produção desta primeira metade da década de 80 deverá, na média, registrar crescimento em relação à da década de 70. O consumo, repre-

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAIS DE CACAU – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950/51 E 1984/85 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980/81 A 1984/85

GRÁFICO 05



FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

sentado pelas moagens, no ano internacional 1984/85, deverá revelar ligeiro crescimento, o que assegurará a manutenção de níveis superiores aos registrados no qüinqüênio anterior.

Estes dados, como mostra o Gráfico 05, são, também, auspiciosos, quando confrontados com a evolução do mercado num período mais longo. Contudo, a recuperação dos estoques mundiais, em 1984/85, indica que os preços não apresentam perspectivas de altas substanciais no médio prazo. Os Gráficos 06 e 07 mostram a forte correlação existente entre os preços do cacau e o nível dos estoques mundiais. Isto indica que o fator determinante da evolução dos preços do cacau, no médio prazo, é a diferença entre as taxas de crescimento de produção e moagens. No qüinqüênio 1980/85, segundo as informações disponíveis, a produção deverá registrar crescimento de 10%, enquanto o acréscimo das moagens será de cerca de 12,6%. Entretanto, o nível absoluto dos estoques está se recuperando.

Sabidamente, o cacau é uma lavoura permanente e, portanto, a expansão do potencial produtivo (novos plantios ou renovação de culturas já envelhecidas) tende a apresentar resultados bastante defasados em relação às circunstâncias que a determinaram. Sem dúvida, ocorrem flutuações na produção anual, mas estas advêm, em geral, de fatores climáticos ou de maior, ou menor, cuidado nos tratos culturais. O crescimento da produção no período 1980/85 resultou da euforia provocada pela evolução dos preços nos anos 1975/77.

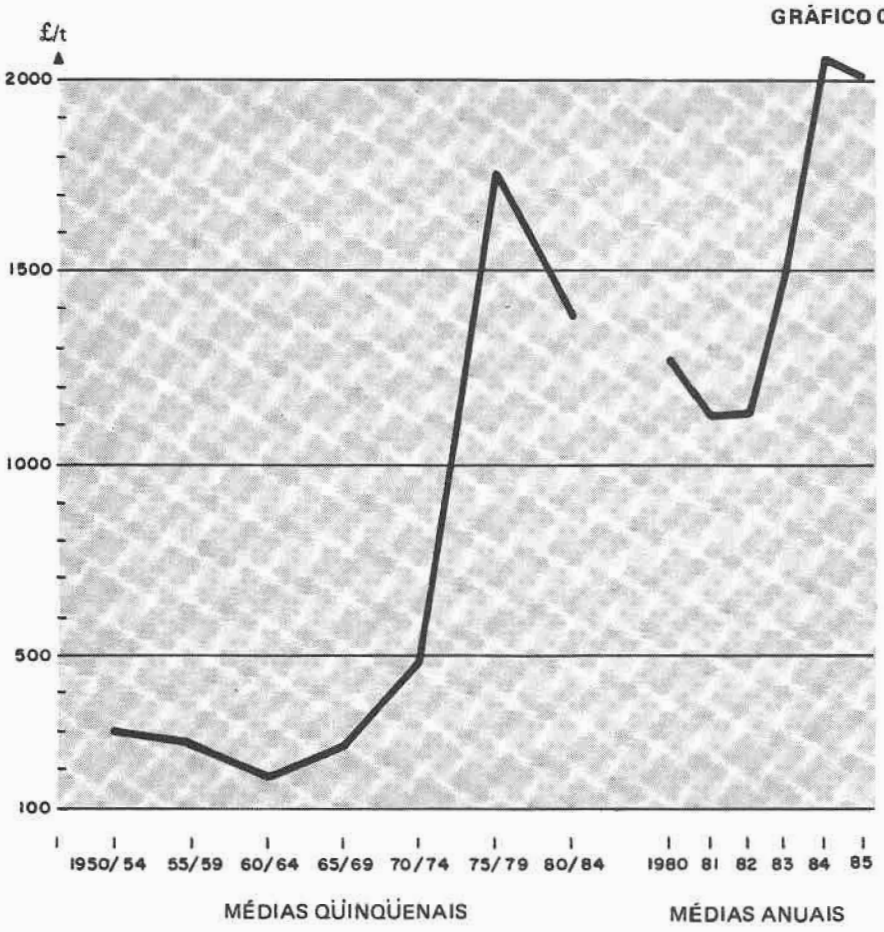
Por outro lado, o consumo do cacau é fortemente influenciado por fases de melhoria da atividade econômica em geral: maiores níveis de renda real *per capita* incentivam o consumo do chocolate e do uso de cosméticos, para os quais a manteiga de cacau é importante matéria-prima. Do lado do consumo há, ainda, que se considerar a complexidade do uso industrial dos derivados de cacau.

No que diz respeito ao chocolate, em sua fabricação entram a manteiga de cacau, a pasta ou **liquor** e o cacau em pó, além de outros ingredientes como açúcar, leite e recheios diversos.

A pasta, que resulta da moagem das amêndoas e contém altos percen-

PREÇOS DO CACAU DE ORIGEM AFRICANA NO MERCADO SPOT – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

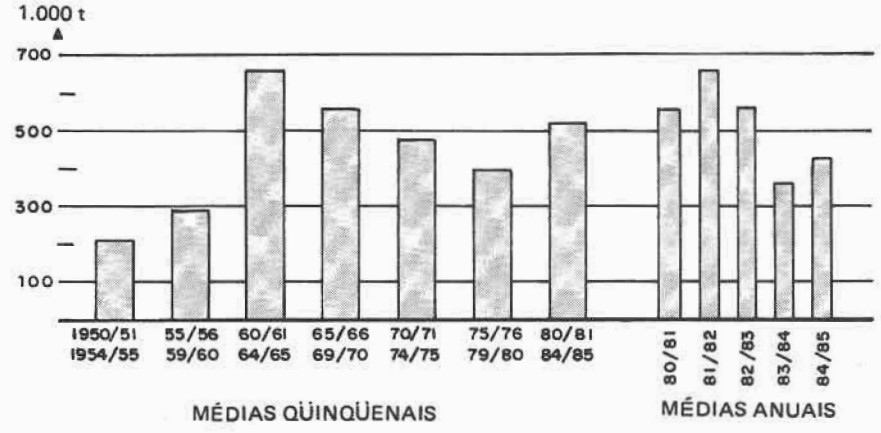
GRÁFICO 06



FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

ESTOQUE MUNDIAL DE CACAU – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950/51 E 1984/85 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980/81 A 1984/85

GRÁFICO 07



FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

tuais de manteiga, pode ser usada diretamente na fabricação de chocolate ou sujeita à pressão hidráulica para a separação da manteiga e do pó. A manteiga de cacau é uma das gorduras mais estáveis que se conhece, mantendo-se firme à temperatura ambiente e derretendo-se sob temperaturas ligeiramente mais elevadas, contendo elementos antioxidantes que lhe proporcionam boa conservação por dois a cinco anos. Para a fabricação do chocolate em barras é necessário acrescentar ao **liquor** quantidades adicionais de manteiga de cacau ou substituí-la por outras gorduras. Estas podem ser classificadas em **equivalentes, substitutos propriamente ditos** e **melhoradores.** Os **equivalentes** são gorduras vegetais que, em seu estado natural, muito se assemelham à manteiga de cacau, e que, sendo compatíveis com a mesma, podem ser misturadas (por exemplo, caroço de manga). Os **substitutos propriamente ditos** são o resultado do processamento de gorduras vegetais, como óleo de soja ou de coco, mas, em geral, não são compatíveis com a manteiga de cacau, devendo, portanto, substituí-la completamente. Os **melhoradores,** tanto podem ser **substitutos propriamente ditos** quanto **equivalentes,** mas devem sempre ser compatíveis com a manteiga e destinam-se a alterar certas características do chocolate, a fim de atender requisitos do produto final, como coberturas e sorvetes. Os **substitutos** em geral alteram o sabor do chocolate e em diversos países seu uso é proibido.

Assim, em resposta à elevação de preços, os consumidores podem recorrer ao uso de **substitutos** de manteiga de cacau (desde que a legislação o permita) ou mudar o tipo de produto fabricado, acrescentando mais açúcar e/ou recheios diversos. Em geral, qualquer destas alterações também não é facilmente reversível, contribuindo para certa rigidez da demanda, quando a produção de cacau cresce e os preços da amêndoa caem.

Entretanto, como o cacau em pó ainda não tem substitutos, abre-se a possibilidade de grandes diferenças na evolução dos preços da amêndoa e de seus derivados.

A produção mundial de cacau se concentra em cinco países (**Brasil, Costa do Marfim, Gana, Nigéria** e **República dos Camarões**), que, conjuntamente, participam com 77% da produção mundial. O restante se distribui em áreas tropicais de outros países da África, América Central e do Sul, Ásia e Oceania. O Quadro 04 relaciona a participação percentual no total mundial, no período 1950/51 a 1984/85.

A importância da África declinou nos dois últimos qüinqüênios, enquanto a do **Brasil** foi crescente, a partir de 1970. As produções de **Gana** e **Nigéria** diminuíram nos últimos quinze anos, em virtude da instabilidade política, num caso, e do abandono das atividades agrícolas em favor da produção de petróleo, no outro. Quanto à **Costa do Marfim**, é preciso observar com cuidado sua maior influência no total mundial: embora as estatísticas indiquem crescimento expressivo de sua produção, alguns observadores acreditam que ele se deve, também, à exportação ilegal de boa parte da safra de **Gana** através de seu território. Aí vigora um regime de preços livres, em contraste com **Gana**, onde os agricultores recebem o preço fixado pelo governo, independentemente do mercado internacional.

A partir da segunda metade da década de 70, houve considerável expansão da lavoura cacaueira na **Malaísia**, cuja participação no total mundial passou de menos de 1%, em 1974/75, para 5,5%, em 1984/85.

Em todos os países produtores, a produção de cacau se destina, principalmente, à exportação para os países industrializados.

No que se refere às moagens de cacau em amêndoa, isto é, sua transformação em manteiga ou pasta (**liquor**), nas últimas décadas, ocorreu uma mudança sensível em sua distribuição espacial. Tradicionalmente, os países produtores exportavam as amêndoas, que eram esmagadas em países industrializados, como **Grã-Bretanha, Holanda** ou **Suíça**,



sendo os derivados então transformados em chocolate, ou reexportados. Dentre as razões alegadas para este fato, estava a de que os processos industriais mais precários dos países produtores prejudicavam o sabor do produto final e a conveniência de se misturarem amêndoas de várias origens, que contribuiriam para caracterizar os produtos finais. No qüinqüênio 1960-64, apenas 15% da produção mundial de amêndoas foram moídas na origem; em 1982-84, esse percentual cresceu para 31%. Diversos fatores contribuíram para isso. De um lado, os países produtores procuraram

QUADRO 04 – PRODUÇÃO MUNDIAL DE CACAU – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES NO TOTAL MUNDIAL – MÉDIAS QÜINQÜENAIS DE 1950/51 A 1984/85 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980/81 A 1984/85

PERÍODO	TOTAL MUNDIAL (mil t)	CAMARÕES (%)	GANA (%)	COSTA DO MARFIM (%)	NIGÉRIA (%)	BRASIL (%)
Médias Qüinqüenais						
1950/51–1954/55	776	6,9	30,1	7,7	13,5	17,0
1955/56–1959/60	906	6,7	28,7	6,8	14,0	19,3
1960/61–1964/65	1.253	6,4	36,7	8,4	17,4	10,0
1965/66–1969/70	1.322	7,1	29,9	11,1	16,7	13,0
1970/71–1974/75	1.495	7,6	26,7	13,9	16,4	13,9
1975/76–1979/80	1.495	6,9	20,3	19,5	11,9	18,5
1980/81–1984/85	1.646	6,9	12,0	25,8	9,2	20,6
Médias Anuais						
1980/81	1.658	7,2	15,6	24,3	9,4	21,1
1981/82	1.721	7,1	13,1	26,6	10,5	18,3
1982/83	1.534	6,9	11,6	23,1	10,2	21,9
1983/84	1.516	7,1	10,5	26,7	7,6	19,9
1984/85	1.803	6,3	9,4	28,0	8,3	22,0

FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

tirar vantagem da exportação de produtos semimanufaturados – manteiga de cacau e pasta – com maior valor adicionado. De outro lado, a elevação dos custos financeiros da estocagem auxiliou a que os países industrializados encontrassem vantagem em importar uma matéria-prima semiprocessada, transferindo o custo da manutenção dos estoques para os países produtores, ao tempo em que reduziam os custos de transporte.

A abertura proporcionada aos países consumidores pela possibilidade de atender suas necessidades através de três alternativas – importação de cacau em amêndoa, importação de semimanufaturados e alteração da composição dos produtos finais – tornou, na década de 70, bem mais **volátil** o mercado internacional. Cresceu a importância, simultaneamente, de dois outros indicadores de mercado: os **ratios** manteiga/amêndoa e cacau em pó/amêndoa.

De uma tonelada de cacau em amêndoa obtém-se 740 kg de manteiga de cacau ou 790 kg de pasta. Deste modo, para que fosse indiferente ao consumidor industrial a opção entre a compra de cacau em amêndoa ou a dos derivados, a **ratio** deveria ser de 1,35, isto é, o preço da t de manteiga de cacau deveria superar o da t de amêndoa apenas em 35%, refletindo o coeficiente de transformação técnica. Na prática, dificilmente isto ocorre[2] e a observação de uma longa série de preços de manteiga de cacau e amêndoa, no mercado **spot** de Londres, indica que a **ratio** manteiga/amêndoa se situa em torno de 2,1, variando de um máximo de 2,88, em 1982, a um mínimo de 1,01, em 1977 (ver Quadro 05).

(2) Entre outros fatores, isto decorre da diferença nos custos de transporte da amêndoa e dos derivados e do período de estocagem, que é maior no caso dos derivados.

QUADRO 05 – PREÇOS DO CACAU EM AMÊNDOA, DA MANTEIGA DE CACAU E RATIO NO MERCADO DE LONDRES – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

PERÍODO	PREÇOS (£/t) Amêndoa	Manteiga	RATIO
Médias Qüinqüenais			
1950–54	305	684	2,3
1955–59	277	563	2,0
1960–64	192	435	2,3
1965–69	261	574	2,2
1970–74	477	958	2,1
1975–79	1.760	2.562	1,6
1980–84	1.400	3.048	2,2
Médias Anuais			
1980	1.270	2.620	2,1
1981	1.127	2.785	2,5
1982	1.033	2.670	2,6
1983	1.502	3.040	2,0
1984	2.070	4.126	1,9

FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

Acordos internacionais

Os **Acordos Internacionais do Cacau** surgiram no âmbito da **Unctad (Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento)**. Seus objetivos, como os de outros acordos relativos a matérias-primas são: a) impedir as excessivas flutuações de preços; b) minorar as dificuldades econômicas, decorrentes da dificuldade de obtenção de um equilíbrio entre oferta e procura através das forças de mercado; c) auxiliar os países produtores a obterem uma receita de exportação, contribuindo, assim, para proporcionar-lhes recursos para um desenvolvimento econômico acelerado e, ao mesmo tempo, assegurando aos países consumidores um abastecimento suficiente, a preços eqüitativos.

No caso do cacau, transcorreu longo período, entre 1963 e 1972, até que os países produtores e consumidores conseguissem chegar a um entendimento quanto às bases de um Acordo.

O primeiro **Acordo Internacional do Cacau**, estabelecido em 20/10/72, fixava o preço mínimo de 23 centavos de dólar/libra-peso e o preço máximo de 26 centavos; um sistema de quotas de exportação, um mecanismo de ajuste de quotas e um estoque regulador a ser financiado através da contribuição de 1 centavo de dólar sobre as exportações e importações de cacau em sua primeira entrada no comércio internacional. Para assegurar a aplicação das disposições do **Acordo** e controlar sua operação, foi criada a **Organização Internacional do Cacau (ICCO)**.

Para fins de acompanhamento dos preços do cacau em amêndoas, o **Acordo** estabeleceu os conceitos de **preço diário** e **preço indicativo**. O **preço diário** consiste na média, calculada diariamente, das cotações dos três **futuros** mais próximos da **Bolsa de Nova Iorque**, ao meio-dia, e no mercado de Londres, no seu fechamento, estas convertidas em centavos de dólar, à taxa diária de câmbio

futuro a seis meses, cotada em Londres, no fechamento. O **preço indicativo** foi definido como a média dos preços diários estabelecida com base num período de quinze dias úteis consecutivos (em certos casos, 22 dias). As diferenças registradas entre os preços máximos (ou mínimos) estipulados pelo **Acordo** e os preços indicativos servem para detonar os mecanismos destinados a ajustar os preços: liberação/redução das quotas de exportação ou compra e venda dos estoques reguladores.

O **Acordo**, cuja duração estava prevista para três anos, com opção para prorrogação por mais um ano, foi renegociado sucessivamente, embora, até 1980, seu papel fosse pouco efetivo, porque as cotações do mercado estavam em níveis bem superiores aos determinados para intervenção, impedindo o início da formação do estoque.

O terceiro **Acordo**, de 1980 (o segundo pouco diferiu do primeiro), entrou em vigor em 10/10/81 e manteve a capacidade máxima do estoque regulador (250 mil t). A contribuição de 1 centavo de dólar para sua formação também foi mantida (em 1982, foi elevada para 2 centavos de dólar). Como novidade, introduziu um sistema de ajustamentos semi-automáticos da faixa de variação dos preços. Esta foi estabelecida em um máximo de US$ 1,60/libra-peso e um mínimo de US$ 1/libra-peso, com preços de intervenção de US$ 1,50 e 1,10/libra-peso. Se o preço indicativo (nesta versão do **Acordo**, média de cinco dias ativos do mercado) da **ICCO** for igual ou menor do que US$ 1, o **Gerente do Estoque Regulador** dará início às compras para formação de estoques. Entretanto, se o preço indicativo cair abaixo do preço de intervenção inferior e, para provocar sua subida, o **Gerente do Estoque Regulador** tiver de comprar mais do que 100 mil t, o preço de intervenção inferior seria reduzido em quatro centavos de dólar. Se fossem necessárias, ainda assim, compras adicionais, atingidas as 175 mil t, o preço de intervenção seria reduzido de mais quatro centavos. Uma ação simétrica ocorreria caso o **Gerente do Estoque** tivesse de realizar vendas para frear um aumento de preços acima do limite superior de intervenção. Fica aberta a opção de o **Conselho da ICCO** impedir as reduções/acréscimos no valor das faixas de intervenção. As compras/vendas do estoque não podem exceder 10 mil t/dia, nem 35 mil t/semana.

O **Acordo**, ainda em vigor, não estabelece medidas adicionais para a manutenção dos preços (como quotas de exportação), esclarecendo que, uma vez atingido o limite de 250 mil t no estoque, se o preço não reagir, o **Conselho da ICCO** poderá, mediante votação especial, instituir medidas suplementares.

Até 1981, não teve início a formação do estoque regulador, pois os preços de mercado ficaram bem acima dos níveis previstos pelos sucessivos **Acordos**. Entretanto, nem mesmo as compras feitas após aquela data (e que, na verdade, foram de pouco mais de 100 mil t) conseguiram provocar reação dos preços para perto do limite superior da faixa de variação.

O estoque regulador só foi formado após 1981.

Como tem ocorrido ao longo da história do **Acordo**, produtores e consumidores guardam divergências profundas em relação à faixa de variação dos preços, que, para o próximo **Acordo**, foi preliminarmente proposta entre 90 e 140 centavos de dólar/libra-peso. Para se ter uma idéia do que isto representa, em termos da evolução do mercado, entre 1981 (janeiro) e 1985 (fevereiro), isto é, em um período de 49 meses, a cotação média dos três **futuros** mais próximos, na **Bolsa de Nova Iorque**, manteve-se dentro da faixa proposta em 25 meses e, nos 21 meses restantes, foi inferior ao limite inferior da faixa. Ainda assim, aquele intervalo (90/100 centavos de dólar) superava em 15 centavos a proposta inicial dos países consumidores e era 20 centavos inferior ao desejado pelos produtores. Não se tem notícia do andamento das dicussões acerca de outros pontos controvertidos do **Acordo**, como a localização dos estoques reguladores.

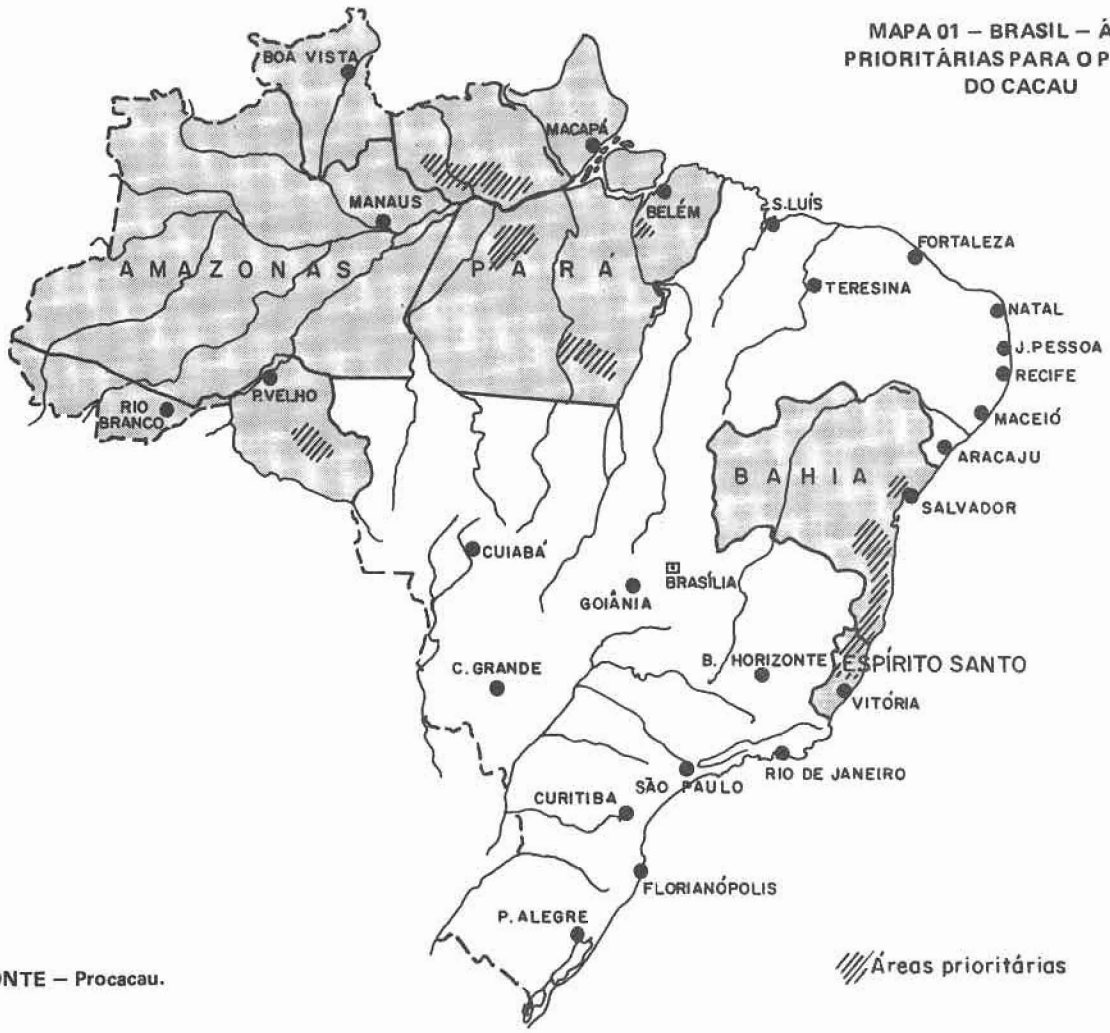
Perspectivas de curto prazo

As perspectivas para renovação do **Acordo Internacional do Cacau** são ainda muito nebulosas, sendo o mais provável que o de agora seja prorrogado por mais um ano, dando prazo maior para que consumidores e produtores possam acomodar suas divergências.

Os preços no mercado internacional deverão manter-se na faixa dos US$ 2.200/2.500, em função do crescimento esperado dos estoques mundiais. A taxa de crescimento das economias industrializadas e a flutuação das principais moedas em relação ao dólar serão fatores bastante importantes na determinação das cotações do cacau.

No que se refere às exportações brasileiras, seu valor nos primeiros cinco meses de 1985 foi 5% inferior ao de igual período no ano anterior, refletindo um declínio das cotações do cacau em amêndoa (−6%) e da pasta refinada (−8%), bem como na quantidade de pasta exportada (−16%). Contudo, estes números refletem também a reduzida safra de 1984. Para 1985, espera-se crescimento de 20% na produção de cacau em amêndoa, o que deverá permitir crescimento das quantidades exportadas e, se não houver deterioração adicional dos preços, recuperação da receita.

MAPA 01 – BRASIL – ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O PLANTIO DO CACAU



FONTE – Procacau.

É fato conhecido por todos os que usam estatísticas que os dados de fontes diversas, mesmo as mais fidedignas, são de difícil compatibilização, em razão das diferenças existentes entre métodos de coleta e processamento. Isto fica ainda mais evidente quando se trata de estatísticas agrícolas. Freqüentemente, a produção toma como referência temporal o ano agrícola, enquanto dados de preço e comércio internacional se referem ao ano civil ou, em certos casos, ao ano comercial. Quando se necessita reduzir todas as informações disponíveis a uma base comum, a questão dos critérios usados na construção das diferentes séries torna-se crítica e pode levar a consideráveis distorções. É preferível, portanto, usar dados de uma mesma fonte. No caso do cacau, para informações de mercado internacional algumas das fontes existentes são a **FAO, USDA, ICCO** e **Gill & Duffus.** Embora esta última seja uma empresa privada ligada ao mercado consumidor, usam-se os seus dados por permitirem a análise de uma série temporal mais longa, mais abrangente e mais atualizada, dentro de critérios uniformes.

No caso das informações referentes ao Brasil, utilizam-se as fontes nacionais (**IBGE, Cacex, Ceplac** e **Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas**), exceto no caso em que as comparações com o mercado internacional aconselhem que se eleja outra fonte.

Quanto aos períodos de referência, tenha-se em mente que a produção mundial tradicionalmente é referida no ano comercial internacional, que vai de outubro a setembro.

No Brasil, adota-se, em certos casos, o ano cacaueiro, que vai de maio a abril e no qual se distinguem dois períodos distintos: o do **temporão** (maio a setembro) e o da safra **principal** (de outubro a abril). As estatísticas do **IBGE**, entretanto, por adotarem critério compatível com as demais estatísticas nacionais, se referem ao ano civil.

O ano cacaueiro brasileiro tem como padrão a produção baiana, sem dúvida a principal. Nos anos mais recentes, a produção da safra **temporã** da Bahia tem superado a da safra **principal**, o que contribui para realçar as peculiaridades das estatísticas do cacau.

ALGODÃO

A próxima entrada da safra de algodão do Nordeste deverá fazer com que a **Companhia de Financiamento da Produção** *libere pequena parte de seu estoque, através do* **Programa de Venda em Bolsa.** *Como o mercado interno vem-se recuperando, desde o final de 1984, a indústria têxtil parece não manifestar interesse pela exportação.*

No primeiro semestre, o mercado do algodão caracterizou-se por uma série de fatores contraditórios, que o tornaram pouco **transparente.** Os beneficiadores/maquinistas se negaram a pagar o preço mínimo de Cr$ 28.050/@ , fixado pelo governo em abril, razão pela qual a **CFP** arcou com grande parte das compras. Simultaneamente, a indústria reajustou os preços dos fios, tecidos e, conseqüentemente, dos confeccionados, a taxas superiores às da inflação (ver Gráfico 08). Por esse motivo, o **Conselho Interministerial de Preços** passou a acompanhar a evolução dos custos da indústria têxtil, a qual alega que os aumentos de preços dos produtos manufaturados refletem, de modo geral, as elevações de sua principal matéria-prima, o algodão. O argumento, contudo, não é convincente, visto que os preços pagos aos produtores continuam menores do que o preço mínimo.

A análise mais detida do comportamento da comercialização e do beneficiamento da fibra esclarece esse aspecto. A partir do momento em que o governo decidiu garantir efetivamente o preço mínimo ao produtor, os maquinistas se retraíram por completo, passando a aplicar, provavelmente, os recursos que empregariam para a manutenção dos estoques no setor financeiro, onde os ganhos são mais garantidos e, é bem possível, maiores. Na época da colheita, como até hoje, não se vislumbrava alta dos preços do algodão em pluma, devido à oferta interna recorde e aos baixos preços do produto no mercado internacional. Por isso, a **CFP** adquiriu 380 mil t de uma safra estimada em 720 mil t. Além disso, foram feitos **EGF's** de aproximadamente 120 mil t, o que colocou em poder do governo federal 70% da safra colhida.

Com o alentado estoque governamental, a sobra existente no mercado se reduziu a praticamente 50 mil t, considerando-se que foram consumidas pela indústria, durante o período de março a julho, 250 mil t e que existia um estoque remanescente de cerca de 100 mil t. Embora o suprimento interno esteja garantido, os preços do algodão em pluma vêm subindo sistematicamente no atacado (a taxas inferiores às praticadas pela indústria têxtil), devido à situação de aperto que caracterizou o mercado, temporariamente.

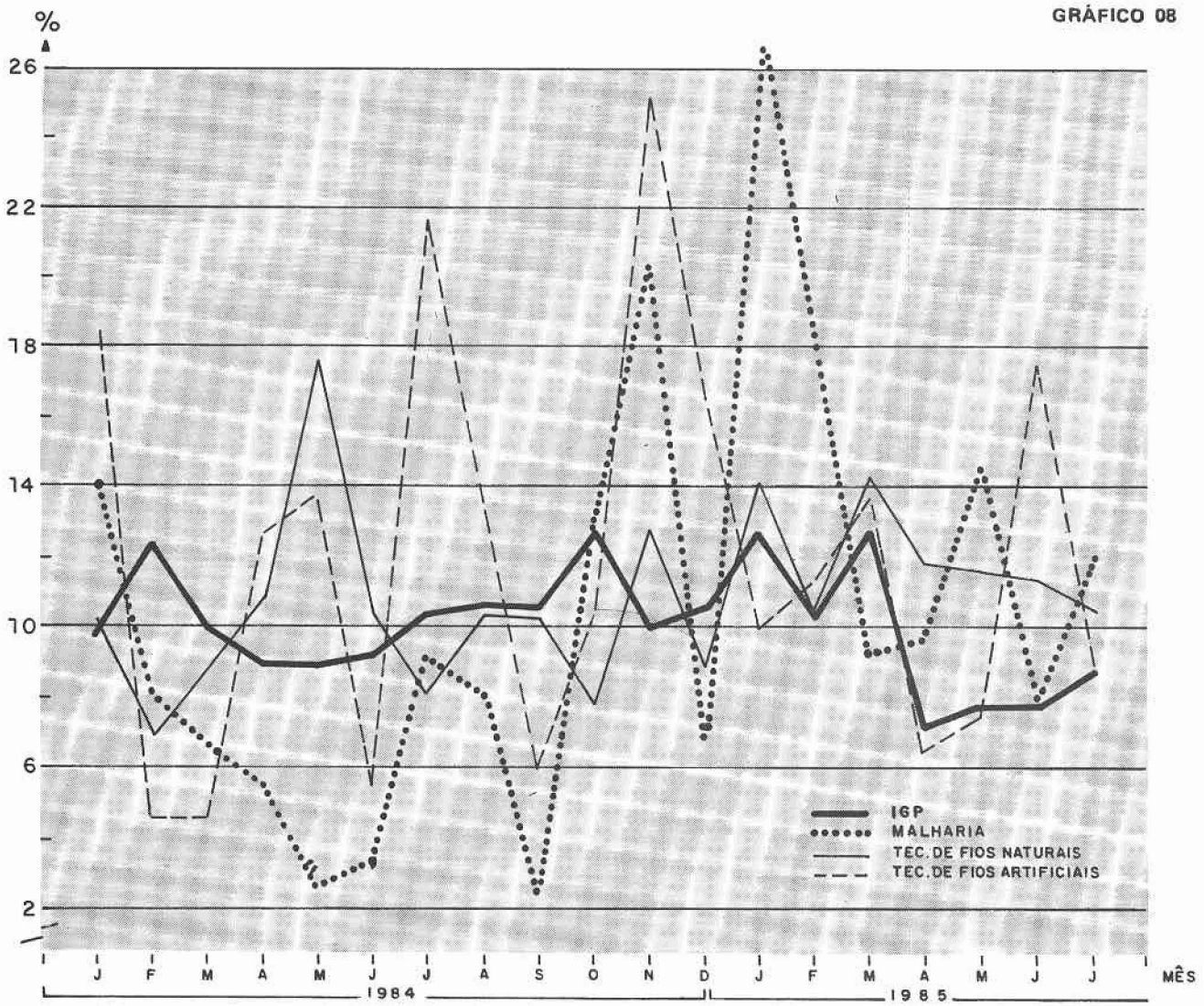
Por outro lado, os preços pagos aos produtores permaneciam ainda inferiores ao mínimo fixado em abril. Em fins de julho, os produtores do Paraná, por exemplo, receberam cerca de Cr$ 27.700/@ de algodão em caroço. A falta de interesse dos beneficiadores em adquirir o produto ao preço mínimo, desde o início da comercialização, tem vários motivos, mas avulta o da descrença de que o governo efetivamente assegurasse o preço mínimo, em virtude da escassez de recursos e das limitações impostas pela política monetária. Sem essa garantia, os preços baixariam a um patamar atraente para a intermediação, que poderia formar com tranqüilidade seus estoques.

No final do semestre, havia a expectativa quanto ao preço pelo qual o governo venderia os seus estoques, isto é, se remuneraria o capital investido, incorporando aos preços pagos os dos fretes e outras despesas ou se optaria por um preço subsidiado, capaz de funcionar como redutor de pressões inflacionárias.

O esquema de comercialização do algodão estocado na **CFP**, posto em prática em julho, teve como base o **Programa de Venda em Bolsa,** que deverá vender até meados de setembro uma parcela bastante reduzida do estoque total, tendo em vista que, no último trimestre do ano, a safra do Nordeste entrará no mercado. O preço mínimo do algodão nordestino fixado em 1º de setembro, de Cr$ 37.181/@ de algodão em caroço, para o **tipo 3 fibra 30/32,** corresponde a Cr$ 130 mil/@ de algodão em pluma, fora **ICM** e frete. Posto em São Paulo, deverá resultar num valor próximo a Cr$ 150 mil/@ . Foi justamente com base nesse preço projetado que a **CFP** iniciou as vendas de parte de seus estoques (cerca de 50 mil t), visando, com isso, a não prejudicar o escoamento da safra nordestina. A maior parte do algodão a ser colhido, contudo, deverá ser do **tipo 4,fibra 30/32,** porque houve expansão do plantio do herbáceo, de fibra mais curta do que a do arbóreo, e excesso de chuvas, que prejudicou a sua qualidade. Para esse tipo, o preço mínimo corrigido, em vigor a partir de 1º de setembro, é de

VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL DO IGP-DI E DOS PREÇOS DOS TECIDOS DE FIOS NATURAIS, ARTIFICIAIS E DE MALHARIA – JANEIRO DE 1984 A JULHO DE 1985

GRÁFICO 08



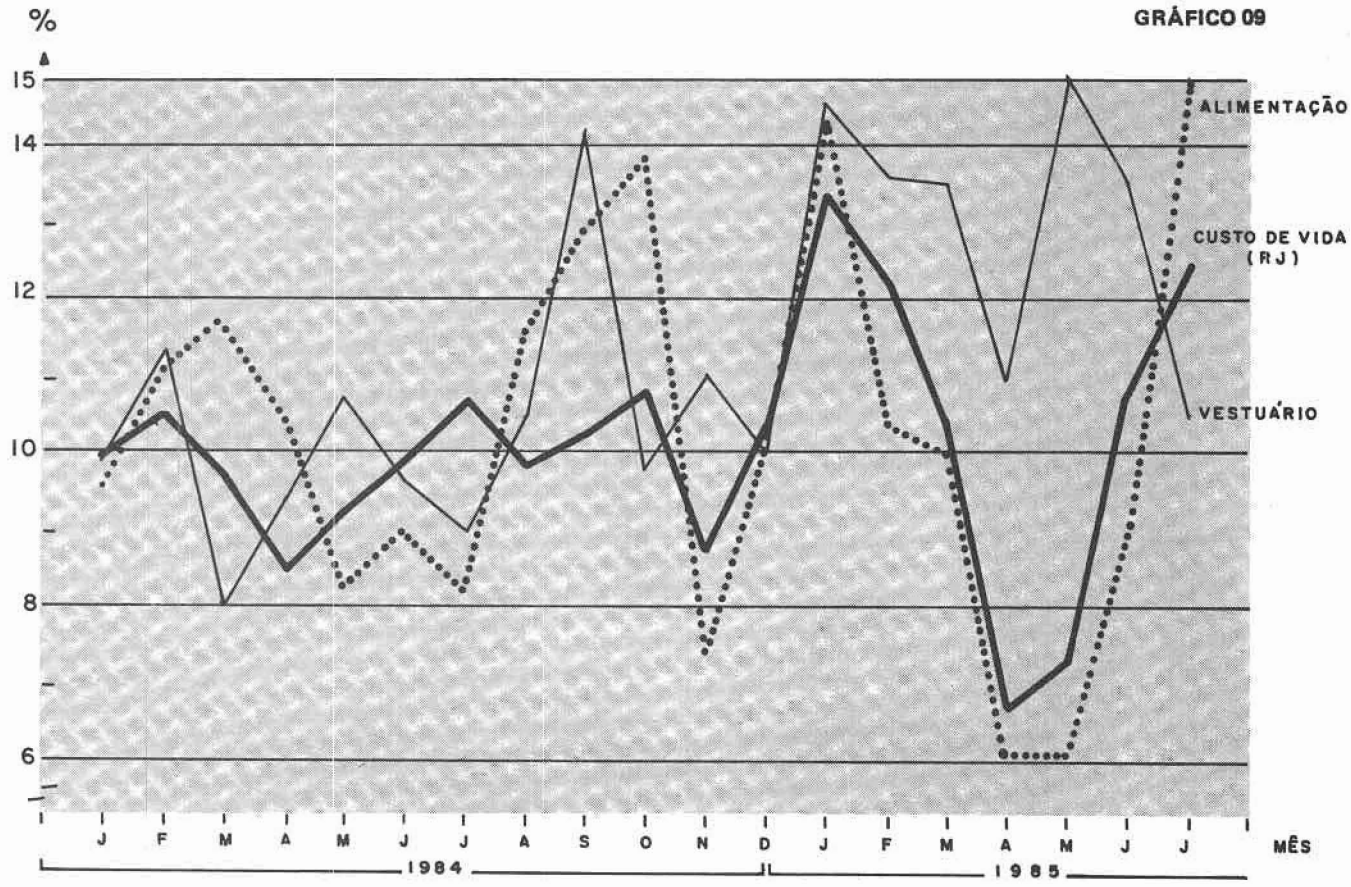
FONTE – Conjuntura Econômica – FGV.

Cr$ 123.092/@ do pluma, o que, se acrescentando **ICM** mais frete, totaliza Cr$ 141 mil/@ , posto São Paulo. Assim, o preço de venda da **CFP** vem girando em torno deste valor, isto é, abaixo do custo do **EGF**, calculado próximo a Cr$ 152 mil/@ . Dessa forma, é de se supor que boa parte das 120 mil t que se encontram como penhor dos empréstimos concedidos no Centro-Sul, deverá também ser adquirida pelo governo, nos próximos meses.

A indústria têxtil, por outro lado, deverá receber cerca de 30 mil t, a preço de paridade internacional, com vistas à exportação de produtos manufaturados. Segundo dados da **Cacex**, as exportações brasileiras de produtos têxteis foram afetadas pela valorização do dólar e pelo menor crescimento da economia norte-americana e se reduziram para US$ 404,8 milhões nos primeiros cinco meses de 1985, 17% a menos quando comparadas com as vendas do mesmo período do ano passado. Por enquanto, ainda não foi assentada em definitivo essa venda para a indústria. O preço, mesmo no baixo nível atual, mantém o algodão gravoso nas vendas externas e realmente influencia o poder de competição do manufaturado no mercado internacional. Deve-se ter em conta, porém, que a indústria, este ano, parece não estar muito interessada na exportação, na medida em que o mercado interno vem-se expandindo razoavelmente, desde o último trimestre de 1984. Desse modo, nele se concentra a sua atenção, sobretudo porque aqui é bem mais fácil repassar aumento de custos, ou até elevar a taxa de lucro (ver Gráfico 09) do que

VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL DO ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA (RJ), DOS ITENS VESTUÁRIO E ALIMENTAÇÃO DO ICV – JANEIRO DE 1984 A JULHO DE 1985

GRÁFICO 09



FONTE – Conjuntura Econômica – FGV.

no mercado internacional, onde há competitividade acirrada. Corroboram a assertiva os dados divulgados pelo **IBGE** de que, no âmbito interno, a indústria têxtil cresceu 14% no período de janeiro a maio deste ano, quando comparado com o mesmo período de 1984.

Para atenuar a situação de super-oferta no mercado interno, a **CFP** pretende ainda vender para os exportadores de algodão cerca de 120 mil t a preço internacional, tentando, dessa forma, reduzir o estoque existente. Mesmo que essa quantidade seja exportada, o estoque de passagem do governo para 1986 ainda será muito grande, cerca de 200 mil t, suficiente para praticamente quatro meses de consumo. Vale notar que haverá dificuldades para as exportações programadas, devido à entrada das safras dos países do Hemisfério Norte no mercado, a partir de setembro próximo, e à situação do suprimento, que atualmente caracteriza o mercado internacional de algodão, que é bastante folgado. Finalmente, deve ser destacado que os principais mercados compradores do algodão brasileiro (Extremo Oriente) têm hoje ofertas de vendas do **Paquistão** e da **China**, cujo algodão de tipos piores se aproxima do produto ofertado pelo Brasil, embora com custos de frete bem inferiores aos pagos pelo exportador brasileiro.



BABAÇU

Diversas plantas nativas do Brasil possuem grande potencial econômico. Muitas são exploradas há séculos e, embora forneçam matérias-primas para processos industriais, padecem de problemas derivados da posição secundária a que foram relegadas. Um exemplo notável é o babaçu, que gerou importante atividade extrativa e poderia tornar-se fonte de riquezas, caso recentes avanços tecnológicos fossem difundidos e se apoiasse os produtores.

A importância econômica do babaçu esteve até agora centrada na produção de óleo, para fins comestíveis e industriais, obtido do esmagamento das amêndoas (7% do peso do coco). Como subproduto do óleo, obtém-se a torta e, depois de desengordurada, o farelo, utilizado como ração animal, principalmente no exterior, onde conta com expressiva demanda.

O aumento da concorrência do óleo de soja na alimentação humana fez com que o de babaçu passasse a ter grande aproveitamento na indústria de sabão e sabonetes. É uma matéria-prima superior ao óleo de copra (seu principal concorrente, produzido principalmente nas Filipinas e Malaísia) e possui alto teor de ácido láurico, importante por dar consistência ao sabão e dispensar o uso de aditivos.

A extração do babaçu sustenta-se, ainda, na unidade de produção familiar. O coco babaçu normalmente é coletado no chão, após sua queda quando maduro. Os quebradores do coco extraem as amêndoas através do impacto de uma madeira roliça sobre o fruto, apoiado sobre o gume de um machado, cujo cabo é mantido preso sob uma das pernas do quebrador. Este trabalho é quase sempre feito por mulheres **caboclas** (moradoras de casebres cobertos com folhas de babaçu na beira das estradas), que contam, às vezes com a ajuda de seus filhos pequenos ou adolescentes.

Enquanto a mulher e os filhos se dedicam à coleta do coco, o homem trabalha como meeiro nas lavouras, participando apenas esporadicamente na coleta e transporte de coco inteiro para beneficiamento fora do cocal. A prática de se juntar o coco para quebra em área centralizada é relativamente recente, tendo surgido após o aproveitamento da casca para a fabricação do carvão.

Embora ocorra durante todo o ano, a quebra se intensifica no segundo semestre (período de safra), quando há também a liberação da mão-de-obra masculina das outras atividades agrícolas. A produtividade média, de 4 kg a 5 kg de amêndoas por dia, é considerada baixa e apontada como um dos fatores a onerar o custo de produção.

Os proprietários rurais costumam permitir que os **caboclos** entrem em suas terras para a coleta. Quando há quebra na propriedade, as amêndoas são vendidas por preço inferior ao de mercado ao dono do cocal. Este, embora não se interesse pela casca, em certas situações cobra pelo carvão que se poderia obter. No caso da venda do coco inteiro, principalmente às indústrias que utilizam a mecanização para a quebra, paga-se pelo fruto apenas o valor da amêndoa correspondente. Se, por outro lado, é vantajoso para os **caboclos** que recebem a mesma remuneração sem terem o trabalho da quebra; por outro, melhor seria se houvesse a remuneração pela utilidade da casca, se esta fosse valorizada de acordo com sua



potencialidade econômica. Isto só poderá ocorrer, no entanto, quando existir a industrialização de todos os componentes do coco.

Segundo a **Embrapa**[1], "existem vários canais de comercialização de amêndoa, sendo a mais curta aquela em que o quebrador vende diretamente ao produtor de óleo e a mais longa a que envolve o quebrador, barraqueiro, quitandeiro do povoado ou caminhoneiro, proprietário ou comprador autônomo na sede da fazenda, comprador da sede do município, industrial ou exportador para outro estado, podendo haver diversas possibilidades de ligações entre essas etapas '.



Na região de Bacabal (MA), pagava-se, no mês de junho deste ano, entre Cr$ 600 e Cr$ 800 o quilo de amêndoa. Esta compra era normalmente feita pelo barraqueiro, que repassava o produto ao fornecedor por Cr$ 1.000 a Cr$ 1.200 o quilo. Este, por sua vez, transportava as amêndoas para entrega às fábricas de óleo bruto da região, ao preço de Cr$ 1.300 a Cr$ 1.400 o quilo.

As indústrias de cosméticos compram o óleo bruto e ditam o seu preço. Uma vez conhecido esse preço, fixam-se as remunerações de todas as etapas anteriores e pressionam-se principalmente os quebradores, os de menor poder de barganha, já que não incorrem em nenhum custo financeiro e cedem mais facilmente, aceitando menores preços por sua força de trabalho.

Em meados do ano, as indústrias encontram-se bem abastecidas de óleo bruto e, normalmente, pagam menos pelo produto.

No mês de junho último, as fábricas de óleo refinado e sabão de São Paulo pagavam Cr$ 4.000/kg, no interior do Maranhão, às fábricas de óleo bruto. Usando-se a taxa de conversão de 1,8 kg de amêndoa para 1 kg de óleo, chega-se ao gasto médio de Cr$ 2.430 em amêndoa para se obter 1 kg de óleo bruto (61% do preço de venda). Há, ainda, uma série de despesas para a indústria de óleo bruto, como **ICM**, frete, comissão do corretor, **PIS, Funrural**, classificação, perdas e descontos de duplicatas, dentre outros, totalizando 29% do preço de venda.

As fábricas de óleo bruto, principalmente as de menor porte, vêm-se ressentindo da falta de capital de giro. As indústrias de óleo refinado fazem suas compras a prazo, emitindo duplicatas que acabam sendo descontadas nos bancos a taxas de juros consideradas insuportáveis. De modo geral, as fábricas de óleo bruto não podem manter estoques (estocam produção de uma semana), comprando amêndoas de acordo com os pedidos de compra de óleo, não tendo nenhum poder de barganha de preços frente aos grandes clientes.

É comum as fábricas de óleo bruto do Nordeste trabalharem com grande capacidade ociosa e algumas delas esmagam a soja ou até mesmo o **tucum** ou o **pequi** em substituição à amêndoa, principalmente no período da diminuição da safra do babaçu, entre fevereiro e julho.

O óleo refinado sofre forte concorrência dos de soja, arroz e milho, produzidos no Sul do país, que chegam (à exceção do óleo de milho) ao Piauí, por exemplo, com preços mais baixos do que o óleo de babaçu.

Segundo técnicos da área, apenas o aproveitamento integral do coco poderá tornar a exploração do babaçu interessante do ponto de vista econômico, estimulando o produtor rural. O aproveitamento de somente 7% do fruto, desperdiçando-se o restante, parece realmente um mau negócio, principalmente porque o babaçu apresenta baixo rendimento em óleo, possuindo apenas 4% de óleo no fruto, quando o dendê, por exemplo, tem de 20% a 22%.

Existe hoje no país um desenvolvimento tecnológico avançado para o aproveitamento do coco. Segundo os técnicos da **Embrapa**, em Teresina, a **Companhia Industrial Técnica – CIT** – do Maranhão, a **Carioca Agrícola Industrial do Maranhão – Agrima** e a **Empresa Industrial de Bacabal Ltda.** fizeram testes para a fabricação de carvão com os fornos rotativos e/ou estáticos, com a queima de gases residuais. A usina semi-industrial do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT** – do Piauí, processa a casca para a obtenção de carvão considerado de excelente qualidade e faz o aproveitamento do alcatrão a partir de gases

1 **Babaçu: Programa Nacional de Pesquisa – 1984.**

residuais. Nesta usina, já há tecnologia desenvolvida para fazer a briquetagem do carvão, a ser utilizado na indústria siderúrgica. Acredita-se na possibilidade de se exportar este carvão para aquecimento domiciliar, na Europa.

A **Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais — Cetec** — desenvolveu um tipo de forno que já aproveita o alcatrão, apesar do rendimento relativamente baixo, com vantagem sobre a usina do **IPT** do Piauí, que obtém grande quantidade de alcatrão, mas junto com todos os gases condensáveis. O forno da **Cetec** obtém o alcatrão já praticamente desacidificado, servindo de substituto do óleo combustível.

Outra tecnologia já perfeitamente desenvolvida é a de obtenção de álcool a partir do mesocarpo. Entretanto, não há oferta da farinha amilácea (matéria-prima tirada do mesocarpo) no mercado, de tal forma que é desconhecido o seu preço.

Alguns grupos econômicos importantes do país já tentaram o aproveitamento industrial do babaçu, mas nenhum se implantou.

Uma indústria de grande porte que beneficiasse em torno de 250 mil t de coco enfrentaria problemas logísticos imensos para centralizar e estocar toda a matéria-prima. Necessitaria coletar o fruto num raio de 120 km a 150 km, o que oneraria os custos finais de produção, já que o custo de coleta e transporte representa cerca de 70% do preço da matéria-prima. Além disso, há dificuldade em estocar o coco inteiro, principalmente a céu aberto, dado o risco de degradação da farinha amilácea (o mesocarpo é a parte mais perecível). Se as indústrias pagarem o valor do coco inteiro, como o fornecedor de amido, carvão e amêndoa, precisarão dominar bem o processo produtivo, para evitar as perdas. Para melhorar a sua logística, deve-se organizar melhor o sistema de coleta. Atualmente, já se observam casos de retirada do cacho inteiro, ainda na árvore, assim que ocorre a queda dos primeiros frutos maduros. A quebra também não pode ser feita imediatamente após a queda, havendo a necessidade de se esperar alguns dias para que haja liberação da umidade e a amêndoa se desprenda do endocarpo, facilitando a sua retirada.

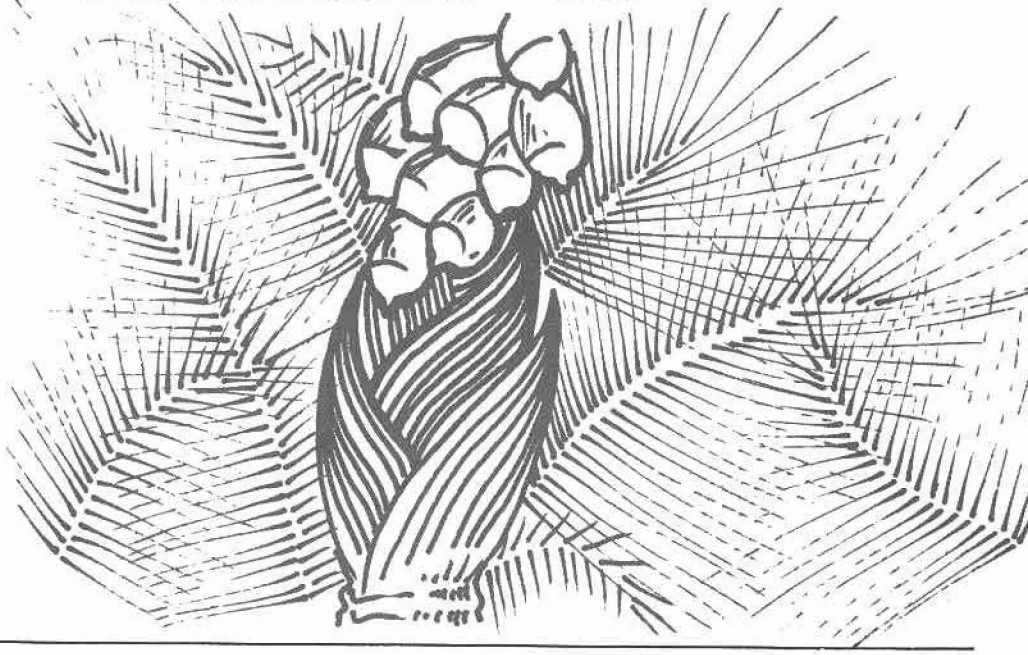
Se, por um lado, existem pesquisas e conhecimentos tecnológicos avançados para cada um dos derivados do coco babaçu; por outro, falta uma técnica eficaz para beneficiamento e aproveitamento integral do fruto.

Para os técnicos da **UEPAE** de Teresina, a solução para o aproveitamento integral do babaçu está no desenvolvimento tecnológico ao alcance do produtor rural. Sabe-se, por exemplo, que o mesocarpo do coco é uma grande alternativa (de baixo custo) na alimentação animal, mas, para ser usado com facilidade, necessita-se de uma peladeira na propriedade rural, só agora desenvolvida pela **Embrapa.** Há necessidade também de se juntar a esta máquina uma quebradeira e um separador, tudo em pequena escala, mas ainda não há uma tecnologia adequada.

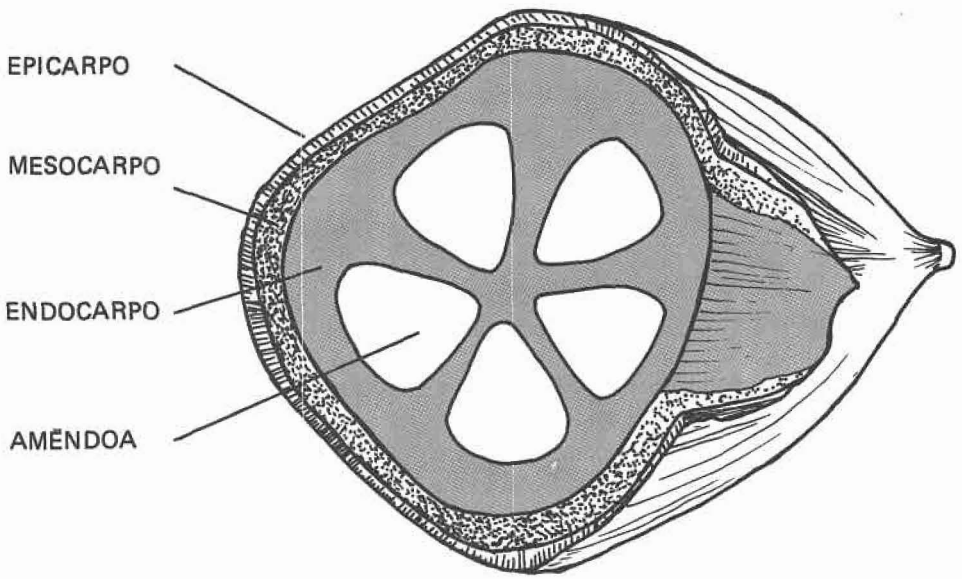
Uma vez separadas as partes do coco, o produtor rural poderia fabricar o carvão, mesmo no forno convencional. O aproveitamento apenas da farinha amilácea e do carvão já seria o ponto de partida para melhorar a rentabilidade do agricultor. A idéia básica é obter diversas unidades produtoras desses dois subprodutos, que, abasteceriam grandes fábricas. Para o produtor rural, haveria a vantagem de poder vender a casca do coco e não somente as amêndoas. Para as indústrias, a vantagem estaria na possibilidade de se evitar o transporte de grande quantidade de coco inteiro, com todos os problemas de estocagem, adicionados ao custo de transformação do fruto na matéria-prima.

Há casos de indústrias que se instalaram no Maranhão e demonstraram o desejo de utilizar o carvão de babaçu no lugar do mineral. A pequena disponibilidade do produto no mercado impediu a sua utilização, mas se sabe que a quantidade de frutos na região seria suficiente para suprir a necessidade dessas empresas, sem causar problemas às demais.

Na opinião de alguns técnicos, caberia ao governo dar maior incentivo à exploração industrial do babaçu, e continuar o trabalho da pesquisa genética, como vem fazendo a **UEPAE** de Teresina, que já conseguiu obter árvores anãs que produzem em cerca de cinco anos, aproximadamente na metade do tempo de um babaçu comum.



O FRUTO DO BABAÇU



O fruto do babaçu (ver ilustração) é composto pelo epicarpo (11% do peso) mesocarpo (23%), endocarpo (59%) e amêndoa (7%) e praticamente só esta última é aproveitada economicamente.

Segundo a publicação **Babaçu – Programa Nacional de Pesquisa – 1984**, da **Embrapa**, a potencialidade econômica das demais partes do fruto é enorme. Já existe, agora, tecnologia para sua exploração, desde a escala piloto à industrial. "Do epicarpo, pode-se obter combustível primário; carvão fino, com qualidades semelhantes ao do endocarpo, podendo ser briquetado para uso siderúrgico ou para preparação de carvão ativado; gases de pirogenação: frações condensável e não condensável. Do mesocarpo, pode-se ter a farinha amilácea *in natura;* amido; amido pré-gelatinizado; glucose; álcool etílico. Do endocarpo, obtém-se o carvão com qualidades superiores ao carvão de madeira, que pode apresentar acima de 85% em carbono fixo, 8.000 kcal/kg, ausência de fósforo e apenas traços de enxofre. Essa composição o coloca em pé de igualdade com carvões minerais de melhor qualidade; dos gases condensáveis se podem separar produtos como ácido acético, metanol, cetonas e alcatrão, paralelamente ao gás combustível e CO_2 da fração não condensável".

Ainda de acordo com a publicação, "o processamento integral do coco, examinado sob o aspecto de produção de energia, põe em evidência matéria-prima, por excelência, produtora de energia que alcança 2.960×10^3 kcal por tonelada. Esta quantidade resulta do epicarpo como combustível primário, do carvão do endocarpo, do álcool e do óleo. A quantidade de energia por tonelada é 2,7 vezes maior do que a obtida de uma tonelada de mandioca (raízes e rama) e 2,1 vezes superior à obtida de uma tonelada de cana-de-açúcar (álcool e bagaço)".

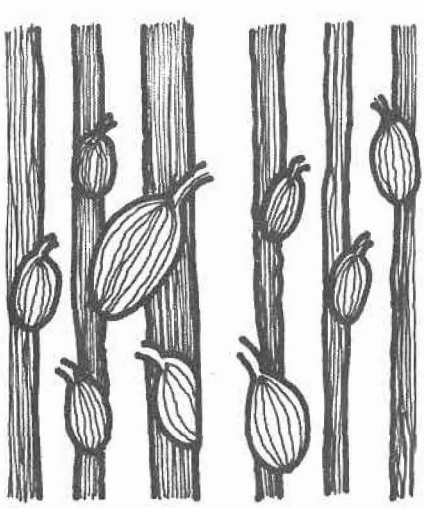
(FERNANDO DA SILVA SANTIAGO, economista do Centro de Estudos Agrícolas – FGV).

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CACAU

A **Carta Circular nº 1.245,** de 10/07/85, do **Banco Central do Brasil,** comunica que as operações enquadradas no **Programa de Financiamento à Exportação do Cacau em Amêndoas** só poderão ser realizadas com recursos próprios dos bancos autorizados, estando assegurada a equalização das taxas de financiamento concedidas pela **Cacex** nos percentuais de 10%, para as operações contratadas até 02/05/85, e de 15%, para aquelas contratadas a partir de 03/05/85.

A **Carta Circular** também esclarece que as operações citadas terão reduzidas para zero as alíquotas dos **Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro** e sobre **Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (Diário Oficial da União,** de 12/07/85).



CAFÉ

A **Resolução nº 51,** de 19/07/85, do **IBC,** fixa os preços mínimos a vigorar para as exportações de café solúvel realizadas entre 22/07 e 30/09/85 e que serão de US$ 2,90/libra-peso, no caso do **spray dried** e extrato líquido e US$ 3,35/libra-peso, naquele do **freeze dried.** A **Resolução nº 52** fixa em 22% as alíquotas incidentes sobre as exportações de café solúvel de qualquer tipo. A **Resolução nº 53** autoriza redução de até US$ 0,20 no preço mínimo de registro das exportações de café solúvel realizadas ao amparo da **Resolução nº 51.** Esta redução será compensada na cambial do exportador e deverá ser por este utilizada obrigatoriamente, por ocasião do registro de venda no **IBC.**

A **Resolução nº 55,** de 19/07/85, do **IBC,** apresenta as normas para o faturamento dos cafés da safra 1985/86 e anteriores que forem vendidos ao **IBC** aos preços fixados na **Resolução nº 44** (ver **Agroanalysis,** vol. 9, nº 7, julho de 1985).

A **Resolução nº 56,** de 19/07/85, do **IBC,** institui, a partir de 22/07/85, um sistema de defesa e sustentação de preços internos tendo em vista o **Programa de Retenção de Cafés Vinculados à Exportação** (ver **Agroanalysis,** vol. 9, nº 7, julho de 1985). Para este efeito, é determinada uma faixa de preços que configura a margem de segurança ante oscilações do mercado para os preços dos cafés entregues para retenção. Esta faixa terá como limite inferior o preço líquido de garantia e como limite superior esse mesmo preço, acrescido de 25%. A diferença entre a média de preços dos cafés no disponível e o preço de sustentação nas datas de retenção e da liberação do café, se positiva, poderá determinar cobertura da mesma pelo **IBC.** Para efeito dos cálculos a serem efetuados, os preços no disponível e os valores base de sustentação serão corrigidos semanalmente, proporcionalmente à variação das **ORTN's.**

A **Resolução nº 57,** de 19/07/85, do **IBC,** estabelece normas para o registro de exportadores de café no **Instituto.**

A **Resolução nº 58,** de 19/07/85, do **IBC,** fixa os preços mínimos para exportação de café verde em grão ou torrado e moído a vigorar entre 22/07 e 30/07/85. O preço dos cafés do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 1,22/libra-peso, quando embarcados pelo porto de Santos, e de US$ 1,21/libra-peso, quando embarcados pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife; os cafés **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona,** embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, terão preço mínimo de US$ 1,17/libra-peso e aqueles do **tipo 7/8** para melhor, da variedade robusta **Conillon,** embarcados pelos mesmos portos, US$ 1,05/libra-peso.

A **Resolução** fixa os limites para as **Declarações de Venda** acolhidos em seus termos os totais de 100 mil sacas em julho, 400 mil sacas em agosto e 300 mil sacas em setembro, para venda aos países da **OIC (Diário Oficial da União,** de 24/07/85).

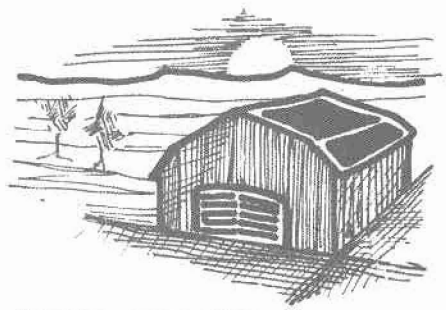
A **Resolução nº 59,** de 22/07/85, do **IBC,** estende às vendas de café verde em grão de bebida **Rio Zona** registradas a partir de 22/07/85 a autorização para a concessão de redução de até US$ 10/saca sobre o preço mínimo, concedida pela **Resolução 43/85** (ver **Agroanalysis,** vol. 9, nº 7, julho de 1985).

A **Resolução nº 60,** de 22/07/85, do **IBC,** estabelece que, excluídos os casos de comprovada força maior, o cancelamento de **Declarações de Venda** acolhidas pelo **IBC** não exime o exportador da retenção temporária correspondente, a qual não poderá ser considerada para a cobertura de outras vendas **(Diário Oficial da União,** de 1º/08/85).

CERRADOS

A **Circular nº 952,** de 31/07/85, do **Banco Central do Brasil,** comunica a instituição da Segunda Fase do **Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados** e divulga o regulamento de seu segmento agroindustrial **(Diário Oficial da União,** de 09/08/85).

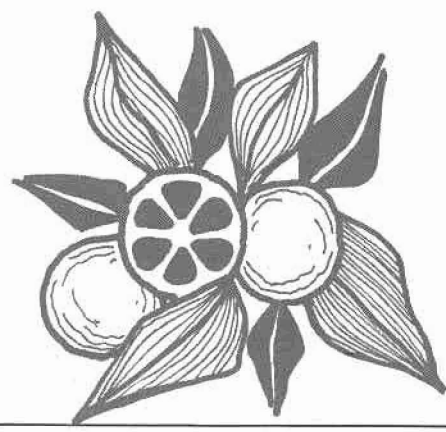
O **Prodecer II** subdivide-se em segmentos agropecuário e agroindustrial. Este último será desenvolvido nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Seu objetivo é o aproveitamento dos produtos vegetais e animais originários de áreas de cerrado, produção de insumos e equipamento, bem como a criação de uma infra-estrutura de armazenamento. Os recursos do **Programa** serão provenientes do **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira,** de



dotações orçamentárias do governo federal, da contrapartida dos agentes financeiros autorizados e dos próprios mutuários finais, bem como de outros expostos aprovados pelo **Conselho Monetário Nacional.** Os financiamentos concedidos sob a égide do **Prodecer II** terão prazo de até dez anos, com três de carência, e estarão sujeitos a juros de 5% a.a. e correção monetária de 85% da variação do valor das **ORTN's,** quando destinados a empreendimentos nas áreas da **Sudam** e **Sudene** e de 100% daquela variação nas demais regiões **(Diário Oficial da União,** de 09/08/85).

CITRICULTURA

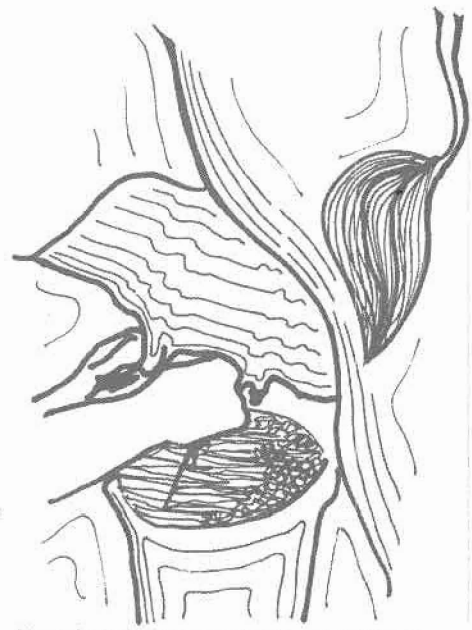
A **Portaria nº 314,** de 12/08/85, do **Ministério da Agricultura,** aprova normas relativas aos critérios a serem adotados pela **Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico** para a liberação de áreas interditadas, devido à contaminação da citada doença **(Diário Oficial da União,** de 14/8/85).



LEITE

As **Portarias nºs 29 e 30,** de 10/07/85, da **Sunab,** fixam os preços mínimos de compra do leite ao produtor e os preços máximos para venda aos consumidores dos leites com 3,2% e 2% de gorduras **(Diário Oficial da União,** de 12/07/85).

No estado do Rio de Janeiro, os preços fixados foram de Cr$ 1.000/litro para a compra ao produtor do leite-quota destinado ao consumo humano, Cr$ 952/litro para o leite-quota destinado à industrialização e Cr$ 686/litro, o leite extra-quota.



No nível do consumidor, o leite com 3,2% de gordura custará Cr$ 1.578/litro e aquele com 2% de gordura, Cr$ 1.518/litro, já incluindo o valor do **ICM.** Este é o segundo reajuste do leite em 1985, tendo sido o primeiro concedido em março de 1985.

A **Portaria nº 31,** de 23/07/85, da **Sunab,** fixa os preços máximos de venda ao consumidor do leite esterilizado, envazado mecanicamente em embalagens invioláveis de material cartonado. Nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná o preço foi fixado em Cr$ 2.737/litro **(Diário Oficial da União,** de 26/07/85).

NORDESTE

O **Decreto nº 91.419,** de 11/7/85, estabelece que a comissão técnica encarregada de elaborar o **Programa de Irrigação** de 1 milhão de hectares no **Polígono das Secas,** criada pelo **Decreto nº 91.379,** de 28/06/85, deverá atribuir à **Sudene** a coordenação técnica, as negociações com entidades financeiras, a celebração de convênios e a fiscalização do **Programa (Diário Oficial da União,** de 12/7/85).

O **Programa de Irrigação** abrangerá as áreas de atuação da **Sudene** e tem um prazo de execução previsto de cinco anos, contando com a participação da iniciativa governamental e privada.

SOJA

A **Circular nº 951,** de 05/08/85, do **Banco Central do Brasil,** fixa condições para a recomposição das dívidas dos produtores de soja que não puderem liquidar os débitos relativos às operações de custeio e prestações de investimentos realizadas na atividade rural, excetuados aqueles relativos à aquisição de terras. O prazo das composições não deverá superar três anos e não impedirá ao agricultor acesso a novo crédito, podendo o montante da recomposição ser considerado para satisfação da exigibilidade de recursos obrigatórios **(Diário Oficial da União,** de 06/08/85).



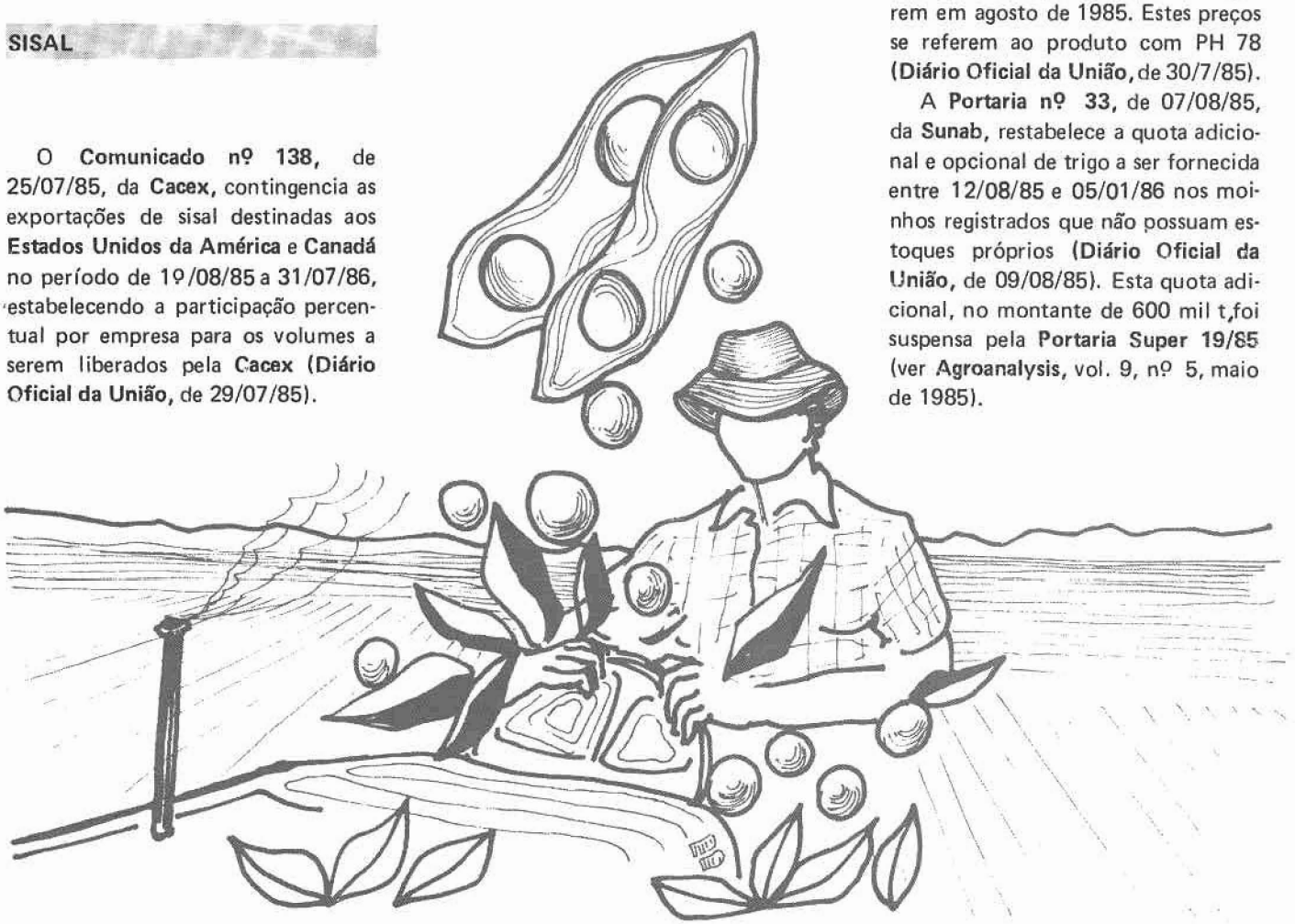
TRIGO

A **Portaria nº 32,** de 25/07/85, da **Superintendência Nacional do Abastecimento,** fixa em Cr$ 1.594.057/t e Cr$ 1.434.651/t, respectivamente,os preços de aquisição do trigo e do triticale de produção nacional a vigorarem em agosto de 1985. Estes preços se referem ao produto com PH 78 **(Diário Oficial da União,** de 30/7/85).

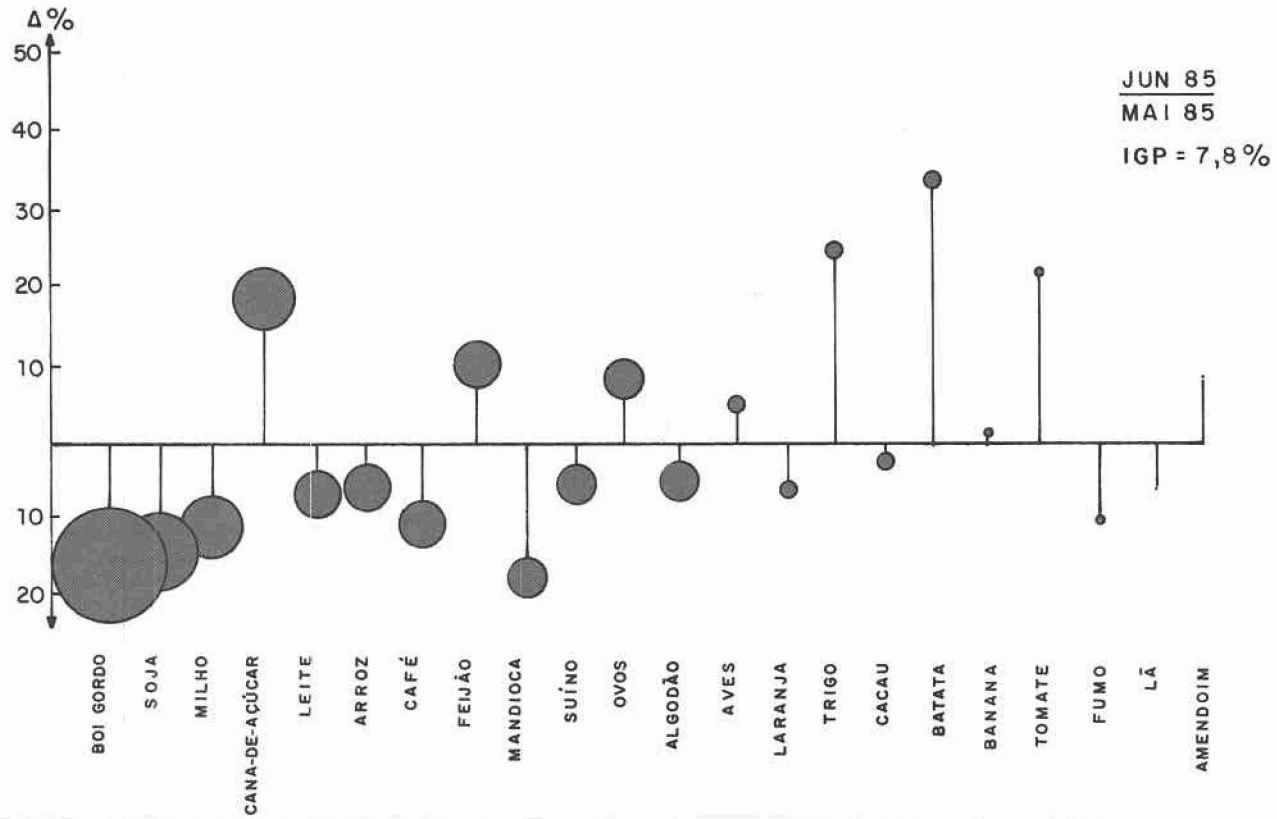
A **Portaria nº 33,** de 07/08/85, da **Sunab,** restabelece a quota adicional e opcional de trigo a ser fornecida entre 12/08/85 e 05/01/86 nos moinhos registrados que não possuam estoques próprios **(Diário Oficial da União,** de 09/08/85). Esta quota adicional, no montante de 600 mil t,foi suspensa pela **Portaria Super 19/85** (ver **Agroanalysis,** vol. 9, nº 5, maio de 1985).

SISAL

O **Comunicado nº 138,** de 25/07/85, da **Cacex,** contingencia as exportações de sisal destinadas aos **Estados Unidos da América** e **Canadá** no período de 1º/08/85 a 31/07/86, estabelecendo a participação percentual por empresa para os volumes a serem liberados pela **Cacex (Diário Oficial da União,** de 29/07/85).



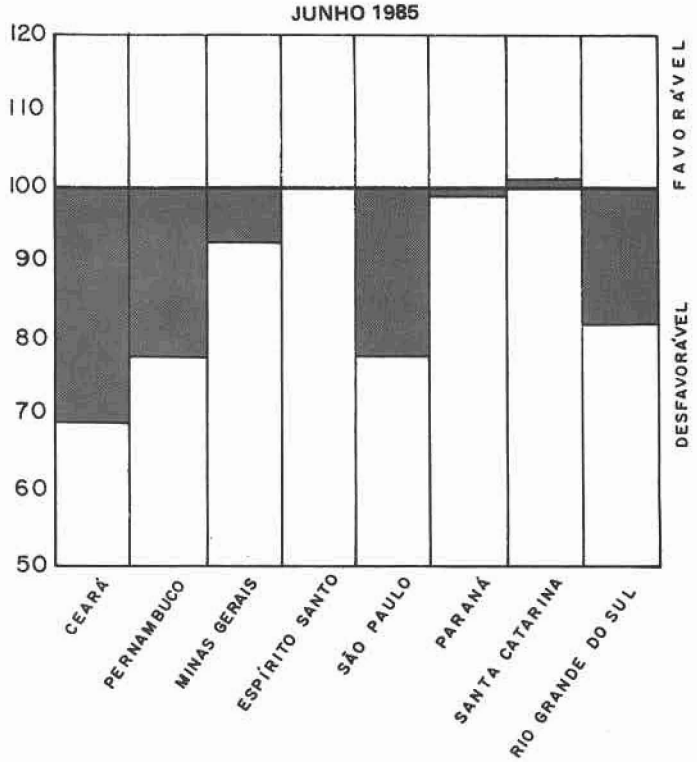
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS JUNHO 1985



Entre janeiro e julho, os preços recebidos pelos agricultores aumentaram 77% e o **IGP-DI**, 90%. As lavouras tiveram alta de 89% e os produtos animais, de 52% (ver Quadro 06). No mercado atacadista, os preços dos produtos de origem agrícola expandiram-se 89%, ampliando-se as margens de comercialização, a partir de maio, conforme revela o Gráfico 10.. Convém registrar que, no mesmo período, o **INPC** subiu 92% e o custo da alimentação na cidade do Rio de Janeiro, 96%. As **ORTN's**, por sua vez, foram reajustadas em 108%. Desta forma, os preços recebidos pelos agricultores cresceram aquém dos mais importantes índices de preços da economia, o que, aliás, vem-se repetindo com bastante freqüência, desde 1977.

Como em anos anteriores, o incremento dos preços recebidos pelos produtores rurais foi largamente diferenciado em 1985, no transcorrer dos sete primeiros meses, verificando-se uma amplitude de variação que vai de 32% (boi gordo) até 740% (cebola). As cotações do boi gordo mantiveram-se praticamente estáveis até junho.

Além do extraordinário acréscimo dos preços da cebola, grandes incrementos foram registrados, no mencionado período, destacando-se os da batata-inglesa (142%), café (124%), fumo (214%) e tomate (176%). Os aumentos do café e do fumo exerceram maiores influências sobre os índices gerais da agropecuária, entre janeiro e março. Em seguida, ou, mais precisamente, de maio em diante, sobressaíram as altas do tomate, batata e cebola. Este último produto encareceu 400% no bimestre junho-julho.

Quanto às relações de trocas, persistiram desfavoráveis à agricultura, tomando-se como base o ano de 1977, em face do ritmo acelerado de crescimento dos preços dos insumos industriais, em especial dos fertilizantes, defensivos e rações Entre janeiro e julho, no estado de São Paulo, lideraram as majorações o sal grosso (164%), farelo de trigo (115%) aldrin (132%), folidol (129%), sulfato de cobre (124%), creolina (124%), sacaria (163%) e balde zincado (153%).



QUADRO 06 – BRASIL – PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES JANEIRO – JULHO/1985 VARIAÇÃO PERCENTUAL

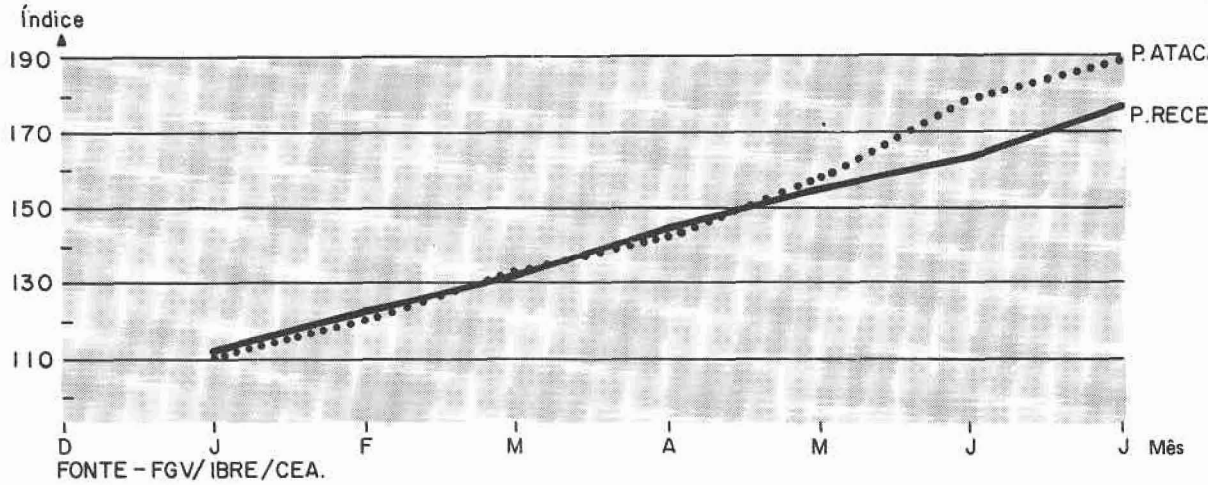
DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO %
Lavouras	**89**
Algodão em caroço	92
Amendoim em casca	50
Arroz em casca	90
Banana	79
Batata-inglesa	142
Cacau	82
Café em coco	124
Cana-de-açúcar	98
Cebola	740
Feijão	72
Fumo em folha	214
Laranja	53
Mandioca	53
Milho	60
Soja	65
Tomate	176
Trigo	98
Produtos Animais	**52**
Boi gordo para corte	32
Suíno para corte	63
Frango de corte	71
Leite	93
Lã	52
Ovos	62
Mel de abelhas	80
Agropecuária	**77**

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

BRASIL – ÍNDICES MENSAIS DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E DE PREÇOS DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA NO ATACADO – JANEIRO A JULHO/85

(Dezembro/84 = 100)

GRÁFICO 10



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de julho)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de julho*
3 – Preço médio na última quinzena de julho*
4 – Preço médio na última semana de julho*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	4,67	3,18	3,87	4,25		3,29	3,42			3,64		3,98		4,16		4,36		Compras cubanas para o cumprimento de compromissos de exportação. Adiamento, pelo Brasil, de um embarque já contratado, de 1,1 milhão de t.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	69,68	60,67	60,08	60,09			60,67		60,80			61,49		61,56		61,18		Aumento da oferta, devido aos altos estoques e à boa safra. Projeções indicam que, em dois anos, os estoques mundiais mais do que duplicaram.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.165	2.079	2.099	2.112		2.120			2.130			2.141		2.155		2.165		Chuva e baixas temperaturas provocam expectativa de surtos de podridão parda nas áreas produtoras da Bahia.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	141,44	135,56	133,40	133,46		137,80			139,20			139,37		139,61		139,49		O **USDA** prevê uma safra de quase 100 milhões de sacas, superior em 7 milhões de sacas à estimativa de exportação e de consumo nos países produtores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	307,31	246,14	238,05	234,73		246,14			242,18			249,83		253,38		250,69		Divulgação, pelo **USDA**, de uma expectativa de aumento de 52% nos estoques finais mundiais, em 1985/86.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	665,05	552,57	541,13	531,10	552,57	549,05		553,78		563,70		574,24		581,48		584,11		Bom desenvolvimento da safra norte-americana.
SOJA FARELO US$/tonelada	165,47	125,54	123,04	120,76		125,54	128,33	130,62	135,86	138,18		141,54		145,89		150,32		Redução da disponibilidade no Brasil e Argentina.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	347,66	313,40	299,07	295,93		313,40			320,44			320,14		309,04		292,39		O **USDA** prevê uma redução de 4 milhões de t na produção mundial de trigo e queda de 9 milhões de t no comércio internacional, que deverá registrar, em 1985/86, 106 milhões de t.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de julho de 1984, corrigido pelo IGP, para julho de 1985
2 – Preço médio no mês de julho
3 – Preço médio na última quinzena de julho
4 – Preço médio na última semana de julho
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	151.304	137.348	137.800	138.000		Expectativa de continuação das vendas do estoque oficial. A safra nordestina entrará no mercado mais tarde, em razão do replantio das áreas inundadas em maio.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	110.589	135.804	143.000	148.500		Alta sazonal, havendo o temor de concretização de importações.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	568.980	606.174	566.450	566.800		Recusa do **Conselho Monetário Nacional** em corrigir o preço de garantia. Ansiedade quanto a alterações no **IBC.**
BOI GORDO Cr$/arroba	104.610	90.652	103.000	112.000		Menor oferta de boi gordo (entressafra). Estoque de carne congelada insuficiente para atender ao mercado. Carne a ser importada (50 mil t) para **draw-back** chegará atrasada para influenciar os preços.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	234.149	179.565	181.000	179.500	↓	O ingresso do feijão da terceira safra, a "safrinha" de inverno de São Paulo, estabelecerá um novo nível de preços. Vem-se dando muito lentamente.
FRANGO Vivo Cr$/kg	3.182	4.139	4.565	4.550	↓	Mercado acompanhando a evolução do preço do boi gordo.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	36.167	35.413	37.100	36.700	↓	Lenta recuperação dos preços na entressafra, devido à fraqueza da demanda.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	70.152	64.543	67.050	67.200	↓	Apesar da relativa escassez do produto nas indústrias, as vendas dos estoques governamentais e as recentes quedas das cotações internacionais não permitirão que os preços se recuperem.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

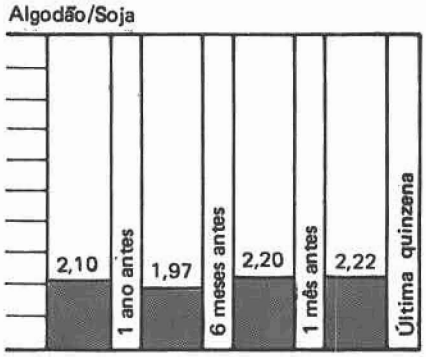
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

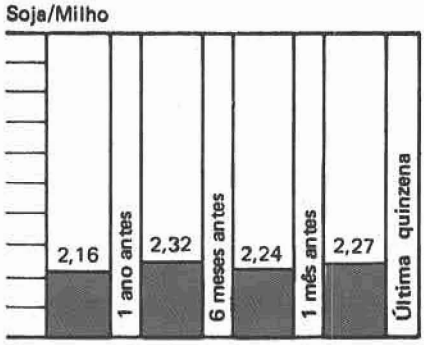
O enfraquecimento dos preços de óleos vegetais no mercado internacional, associado à expectativa de boa produção de soja nos **EUA** (53,3 milhões de t), contribuiu para a redução de 2% em sua cotação, na última quinzena, em relação à média do mês. No mesmo período, o preço do algodão manteve-se praticamente estagnado, justificando o mais recente preço relativo algodão/soja.

Algodão/Soja



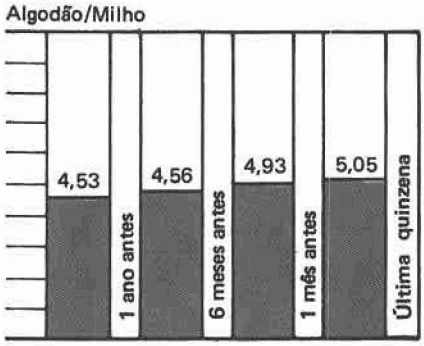
Pressionada pela perspectiva de produção recorde nos **EUA** (210 milhões de t na safra 1985/86), a cotação do milho foi desvalorizada em 3,3% na última quinzena comparativamente à média do mês, determinando elevação do preço relativo soja/milho, no período.

Soja/Milho



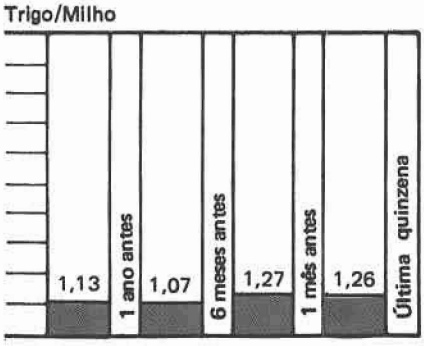
Embora o mercado de algodão se caracterize pela existência de elevado estoque final, seu preço vem-se mantendo estável no curto prazo, visto já estar muito próximo ao custo de produção. A variação observada no preço relativo algodão/milho na quinzena comparativamente à média do mês decorreu da mencionada variação negativa registrada no preço do milho.

Algodão/Milho



O preço relativo trigo/milho da última quinzena foi similar ao da média do mês. Ambos os mercados variaram semelhantemente. No caso do trigo, a permanência do quadro de redução de demanda, acompanhada de provável aumento da oferta mundial, determinou queda de 4,6% em seu preço na última quinzena.

Trigo/Milho

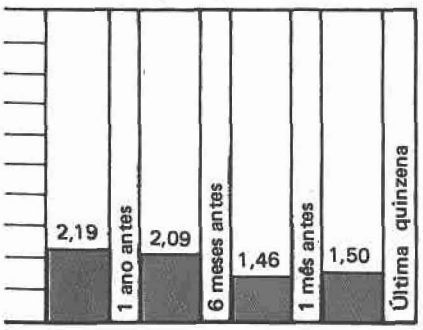


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

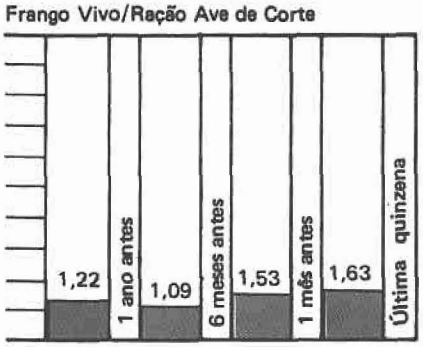
O preço do boi aumentou 14%, na última quinzena, comparativamente à média do mês, em conseqüência da entressafra. Movimentando-se a reboque, o frango vivo registrou incremento de 10% em sua cotação, justificando o incremento do preço relativo boi gordo/frango vivo no período. Convém notar a favorabilidade do preço do boi gordo em relação à ave um ano antes.

Boi Gordo/Frango Vivo



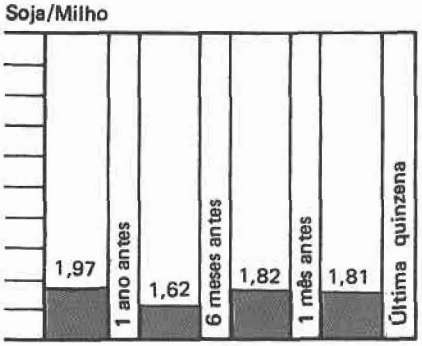
A recuperação do preço dos principais componentes da ração ocasionou queda no preço relativo frango/ração na última quinzena em relação à média do mês. Note-se, outrossim, que o aumento de 75% do preço do frango, verificado durante o ano,contribuiu para aumentar a lucratividade do avicultor.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



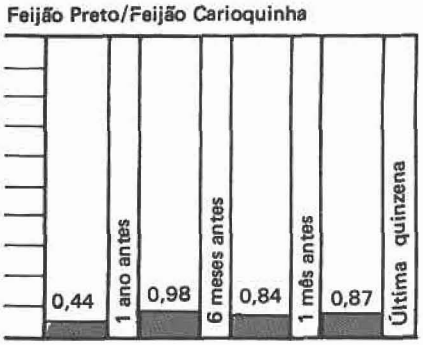
O encerramento do período de colheita e o início da entressafra da soja e do milho geraram recuperação no preço de ambos em relação à média do mês, tendo-se elevado o preço da soja em 4% e o do milho, em 5%.

Soja/Milho



As safras deste ano produziram menor quantidade de feijão preto, em razão da baixa remuneração no ano passado. Isto acarretaria maior elevação dos preços, não fossem as vendas do governo, no Rio de Janeiro. Atualmente, aguarda-se a entrada da safra de inverno de São Paulo, que estabelecerá um novo nível de preços. Majoritariamente composta pelos feijões de cores, vem sendo retida, à espera de melhores cotações.

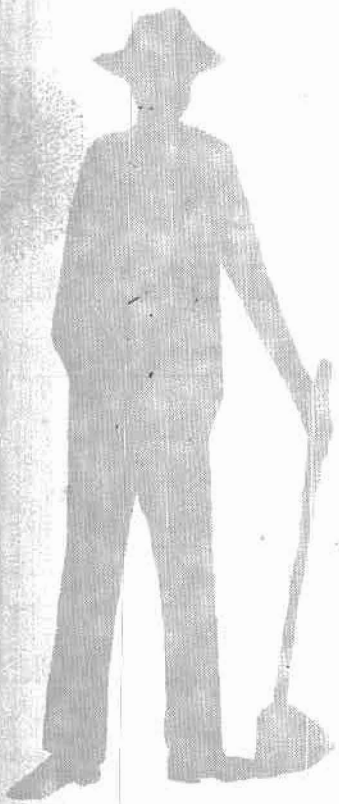
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 07 — LAVOURAS — ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1985, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JUNHO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	37.064	775.296[3]
Algodão	3.586.060	2.945.618
Algodão arbóreo	1.371.400	272.778
Algodão herbáceo	2.214.660	2.672.840
Alho	11.046	41.868
Amendoim	191.913	339.829
Amendoim (1ª safra)	137.097	260.946
Amendoim (2ª safra)	54.816	78.883
Arroz	4.754.689	8.956.852
Aveia	95.048[2]	115.470
Banana	418.454	485.418
Batata-inglesa	153.473	1.930.409[4]
Batata-inglesa (1ª safra)	95.772	1.202.290
Batata-inglesa (2ª safra)	57.701	728.119
Cacau	634.812	415.710
Café em coco	2.483.000	3.462.500
Cana-de-açúcar	3.830.872	239.987.443
Cebola	56.401	618.146
Centeio	8.223	8.293
Cevada	96.392	120.853
Coco-da-baía	156.952	524.435[3]
Feijão	5.409.337	2.822.169
Feijão (1ª safra)	2.858.335	1.503.798
Feijão (2ª safra)	2.551.002	1.318.371
Fumo	285.222	409.440
Guaraná	8.371	1.361
Juta	22.479	20.605
Laranja	652.334	69.771.465[3]
Malva	44.991	45.174
Mamona	479.904	402.764
Mandioca	1.882.450	22.962.937
Milho	11.884.670	21.870.129
Pimenta-do-reino	19.891	38.177
Rami	4.600	9.660
Sisal	323.042	239.752
Soja	10.134.878	18.014.032
Sorgo granífero	165.256	295.991
Tomate	50.792	1.819.705
Trigo	2.427.038	2.870.380
Uva	57.736	718.912

FONTE — IBGE.

[1] Dados preliminares sujeitos a retificações; [2] informações referentes a estados responsáveis, em conjunto, por menos de 80% da produção do país; [3] mil frutos; [4] mil cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Antonio Ribeiro França Filho
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL